

7. O caso da África do Sul: Breve enquadramento histórico

7.1 Introdução

Vistos à distância, não é fácil identificar grandes diferenças, no que diz respeito às respectivas mundivisões entre, por um lado, Louis Botha e Jan Smuts, nos primeiros anos do século xx e, por outro lado, Frederick de Klerk em meados dos anos 80. Quer os primeiros, quer este último tinham uma perspectiva abrangente e moderna ou universalista, relativamente ao modo de inserção da África do Sul no sistema-mundo, em contraste com a visão retrógrada ou localista, por parte da maioria dos primeiros-ministros que ao longo de cerca de sessenta anos governaram o país. E, no entanto, a consulta da lista cronológica dos primeiros-ministros que, ao longo de noventa anos, governaram, primeiro a União Sul-Africana e depois a República da África do Sul, até se chegar às primeiras eleições democráticas em 1994, assim como uma sucinta análise das suas vidas e perspectivas, permitiria traçar um primeiro esboço de compreensão da forma como acabou por decorrer a transição para um governo de maioria, e de como, ao longo de cerca de oito décadas, se foi evoluindo nas formas adoptadas para gerir os múltiplos processos em curso. Desde a gestão da força-de-trabalho, necessária para a principal fonte de riquezas e de excedentes para acumulação, até à continuada promoção social e económica dos africanos. Tudo sempre num permanente exercício de equilíbrio entre interesses e exigências contraditórias, determinadas quer, no plano externo, pela forma de inserção da África do Sul no sistema-mundo quer, no plano interno, pelas movimentações e exigências de equidade social, política, cultural e económica, por parte das diversas comunidades sociais, em particular os africanos negros.

Tantas e tão variadas têm sido as expressões de espanto relativamente à forma relativamente pacífica como se veio a processar a transição democrática, que pensamos ser razoável dispensarmo-nos de aqui documentar essas diversas e multifacetadas expressões. Importa referir, porém, a tese defendida por Allister Sparks (1995) na medida em que a mesma é particularmente relevante para este livro. Ao longo dos seus trabalhos, Sparks defende basicamente a ideia de que, quer o ANC quer o Partido Nacional, os principais interlocutores presentes no processo de negociação, tinham chegado à conclusão de que ‘estavam empatados’. Nem o governo do Partido Nacional tinha força ou capacidade suficiente para eliminar definitivamente a oposição democrática que exigia o fim do regime de *apartheid*, nem as forças da oposição, encabe-

çadas pelo ANC, tinham a capacidade, militar ou outra, de derrubar o regime pela força. A situação de ‘empate’ tendia a prolongar-se e um tal prolongamento acabaria por vir a ser prejudicial a ambas as partes. Enquanto o Partido Nacional corria o risco de uma crescente alienação da sua base eleitoral para partidos ou movimentos ‘mais à esquerda’ ou ‘mais à direita’, o ANC corria também o risco de alienar as suas bases de apoio e de gradualmente perder o capital simbólico e de esperança nele depositado ao longo de mais de três décadas. Havia também o risco de uma eventual consolidação dos objectivos últimos do *grand apartheid*, com a evolução para uma balcanização da África do Sul, facto que significativamente nada interessava à maioria da elite dirigente da comunidade africânder, os já referidos *verligte*. Pela sua parte, tendo praticamente alcançado a paridade social e económica com os ingleses, os dirigentes africânderes *verligte* estavam preparados e prontos para iniciar a transição para a democracia e fim do *apartheid*. Os primeiros contactos de carácter informal e exploratório começaram logo em 1985¹⁵⁶, tendo vindo a desembocar nos acordos negociados na conferência CODESA¹⁵⁷ realizada a partir de Dezembro de 1991. Mas proponho discutir este tema mais adiante e com maior detalhe.

7.2 As origens e o modo da incorporação no sistema-mundo: Da inserção pela geografia à incorporação pela geologia e à integração pela tecnologia

O nascimento e desenvolvimento da entidade política, social e económica a que hoje chamamos África do Sul, estão intimamente ligados ao secular processo de integração do moderno sistema-mundo, desencadeado a partir das descobertas marítimas. Mas enquanto a integração no sistema-mundo dos países colonizados no continente americano ou na Austrália e Nova Zelândia, se faz por exclusiva expansão do centro europeu do sistema, no caso da África do Sul, essa integração faz-se por via do seu posicionamento estratégico, a meio caminho entre as duas grandes regiões económicas situadas nas extremidades do dito sistema.

Como se sabe da história geral económica, até fins do século xv, o comércio entre as extremidades do sistema-mundo, comércio que tinha que atravessar regiões com menor grau de actividades produtivas próprias, era efectuado por via terrestre através da famosa rota da seda. Por outras palavras (e tendo

156 Pouco antes, em 1983, verificara-se mais uma crise, na sequência das reformas iniciadas por Pieter W. Botha, que estiveram na origem do *Herstigste Nasionale Party*, ou Partido Nacional Renovado, formado a partir da cisão no Partido Nacional, colocando-se o novo partido mais à direita.

157 *Convention for a Democratic South Africa*, realizada em Joanesburgo e com participação de todas as partes interessadas.

em linha de conta a lógica intrínseca de funcionamento do sistema-mundo, a qual leva à permanente necessidade da sua expansão) temos que, no caso das colónias americanas, a sua exploração é uma resultante da expansão horizontal, geográfica e/ou demográfica do sistema, ao passo que, no caso da África do Sul, temos que o seu surgimento como pólo de apoio logístico à navegação e, depois, o seu desenvolvimento como nação, se devem antes do mais a uma necessidade de densificação objectiva das relações internas do sistema-mundo. Esta densificação de relações comerciais, que começa por assumir o referido papel do estabelecimento de um pólo de apoio logístico a transacções comerciais iniciadas e terminadas algures no sistema, vem depois assumir a forma de fonte de matérias-primas, necessárias à densificação interna no núcleo central do sistema e cuja extracção exige a presença permanente *in loco*, por imigração, de algumas centenas de milhar de operários qualificados, técnicos e quadros directivos. Deste modo, a inserção da África do Sul na lógica de funcionamento do sistema-mundo, começou por ser determinada pela *geografia* – a sua localização mais ou menos a meio caminho entre as extremidades desenvolvidas do sistema¹⁵⁸. Depois da geografia é a vez de ser a *geologia* a oferecer aos grupos sociais envolvidos, uma nova e diferente oportunidade de inserção no sistema-mundo. Foi de facto a descoberta, primeiro dos diamantes e depois do ouro, que veio proporcionar um novo e radicalmente distinto modo de inserção da África do Sul na economia mundial. Por fim, a *tecnologia* veio de novo permitir a alteração das ‘regras do jogo’, possibilitando aos diversos grupos sociais envolvidos, novas opções e estratégias na sua própria inserção no sistema-mundo.

Tive já ocasião de referir o tema da mobilidade dos factores. Falo acima de uma primeira modalidade de inserção da África do Sul no sistema-mundo através do estabelecimento de um pólo de apoio logístico ao transporte marítimo, o qual era então uma faceta indispensável do comércio internacional, logo dependente, de forma estruturante, da geografia. Assinale-se que as trocas, então efectuadas com recurso a esse pólo de apoio logístico, eram predominantemente em bens de consumo¹⁵⁹. O desenvolvimento tecnológico verificado ao longo do processo secular de acumulação permitiu, entretanto, muito maior mobilidade de factores e criou novos e diferentes pólos de acumulação e desenvolvimento, designadamente na própria África do Sul. Entretanto, deve também assinalar-se que é justamente essa maior mobilidade dos factores, permitida pela revolução nas novas tecnologias da informação e da comuni-

158 A esse respeito, assinale-se que a ‘descoberta’ pelos exploradores portugueses do caminho marítimo para a Índia, não suscitou um interesse imediato na ocupação do território mais austral de África.

159 Não devemos ignorar o comércio de escravos, portanto comércio de factores de produção. Esse factor não é, porém, relevante para o argumento que procuramos desenvolver, além de que a participação da África do Sul como fornecedora ou como cliente da mão-de-obra escrava foi relativamente diminuta.

cação, que vem a tornar relativamente menos importante o factor «geografia», possibilitando a um determinado grupo social migrar a todo o momento de uma para outras zonas do globo, de acordo com os seus interesses mais profundos e as circunstâncias sociais e políticas. Essa potencialidade de (a todo o momento) poder migrar ou deslocar-se para montante ou para jusante, ao longo das cadeias de produção de valor acrescentado, cadeias essas entretecidas numa intrincada rede de interacções, englobando a totalidade do planeta, é aquilo que oferece às classes dirigentes (de qualquer país) a tranquilidade e segurança que lhes tem permitido encarar com naturalidade, mudanças de forma nas estruturas políticas locais, sem que com isso sejam afectados os seus interesses fundamentais.

Sem querer antecipar os detalhes da exposição da tese que proponho, posso adiantar que, na perspectiva aqui defendida, as elites dirigentes da África do Sul, ao longo das primeiras oito ou nove décadas do século xx (cerca de três gerações), acabaram por saber aproveitar as oportunidades oferecidas, quer pelo meio ambiente local, quer pelo meio ambiente global, quer ainda pelas novas tecnologias da informação e comunicação, gerindo de forma eficiente e até ao fim do processo, a sua própria promoção social e económica, assim como o modo da sua inserção na economia mundial.

7.3 Breve resenha histórica das origens do Estado sul-Africano: da inserção pela geografia à incorporação pela geologia

7.3.1 Prelúdio, abertura ou encenação

A República da África do Sul que, em 1961, sucedeu à anterior União Sul-Africana, tem as suas origens remotas no estabelecimento, durante o século xvii, de uma estação de reabastecimento e apoio logístico, pela Companhia Holandesa das Índias Orientais. O estabelecimento dessa primeira colónia holandesa, em 6 de Abril de 1652, sob o comando do mercador Jan Van Riebeeck¹⁶⁰, veio mais tarde e na sequência da revogação do Édito de Nantes, em 1685, a receber o reforço de huguenotes franceses, forçados à emigração na sequência das perseguições religiosas no seu país de origem. Estes primeiros colonos, agricultores e criadores de gado, utilizaram desde muito cedo a mão-de-obra servil ou escrava, de hotentotes e bantos ou de escravos oriundos da Indonésia, da Malásia ou de Madagáscar, havendo desde então alguma mestiçagem com estes mesmos escravos.

160 O primeiro desembarque de holandeses foi constituído por 81 homens e 8 mulheres, entre as quais a mulher do mercador comandante. A sua missão explícita era garantir o reabastecimento dos barcos da Companhia em víveres frescos.

Em 1713, os hotentotes foram praticamente dizimados por uma devastadora epidemia de varíola, o que deixa no terreno, de forma significativa ou premonitória, 'apenas' bantos e holandeses. O regime de ocupação e exploração da terra, entretanto adoptado pelos primeiros colonos, sofre uma evolução que vem a ter resultados com profundas implicações históricas e políticas. Refiro-me ao surgimento dos chamados *trekboers*¹⁶¹.

O sistema de heranças e de ocupação da terra, assim como as condições de clima e de solo, e ainda o facto de muitos se dedicarem também à pastorícia, deu origem à necessidade periódica e regular de novas terras. Tal necessidade era o resultado de, ao fim de uma ou duas gerações, começarem naturalmente a aparecer africanos sem terras, os quais seriam, por isso, forçados a trabalhar como *bywoners*¹⁶² de outros agricultores africanos. As primeiras migrações (ou *treks*) começam na década de 1690-99. Entretanto, tinha já havido guerras pela posse de terra, entre colonos holandeses e os hotentotes ou *khoikhoi* nativos. Em resultado dessa lógica de expansão territorial, os *trekboers* encontraram naturalmente, na sua marcha para Leste¹⁶³, outros povos africanos indígenas. É assim que, em 1779, se desencadeia a chamada Guerra dos Cafres, entre negros bantos, os xhosas, e brancos holandeses. Por outro lado, a colónia sofre as consequências das guerras revolucionárias que eclodem na Europa. Assim sendo, a conquista dos Países Baixos pelas tropas de Napoleão, leva a que forças britânicas se apoderem da Colónia do Cabo. Primeiro, em 1795, a título provisório, e para garantir a soberania holandesa. Depois, já em 1805, a título definitivo. Esta anexação da Colónia do Cabo por parte do Império Britânico acelerou o já referido processo de expansão em relação ao interior, em busca de terras desocupadas, por parte dos camponeses holandeses, os bôeres, hostis à imigração de prováveis futuros colonos britânicos¹⁶⁴, assim como às reformas introduzidas pelos britânicos, designadamente no regime da posse da terra. De entre as várias explicações avançadas para este movimento de migração¹⁶⁵, apontam-se quer os ressentimentos relativamente à forma como a administração colonial britânica encarava o problema da escravidão (o que vinha a ser considerado como uma intromissão nos assuntos 'internos' dos bôeres), quer ainda o esgotamento progressivo de terras 'livres' onde os bôeres pudessem praticar a agropecuária, sua principal actividade económica, quer finalmente o facto de ter começado a aumentar o número de

161 Ou «camponeses viajantes», que estão sempre a andar para novas terras.

162 Camponeses *rendeiros*, figura equivalente à do caseiro na agricultura tradicional portuguesa.

163 Onde se encontravam terras mais verdes e férteis do que directamente para Norte.

164 Foi a maioria dos camponeses da zona leste da Colónia do Cabo quem decidiu partir em busca de novas terras. Os africanos da zona ocidental tinham-se já adaptado ao novo *modus vivendi* sob a administração britânica, designadamente porque praticavam uma agricultura virada para o comércio, além de outras actividades comerciais. Os chamados *burgueses do Cabo*, mais tarde chamados *Cape Dutch*, ficaram.

165 Que envolveu, entre 1837 e 1847, cerca de 6 000 a 10 000 bôeres.

africânderes sem terras. Este grande movimento de migração para o interior, o Grande Trek¹⁶⁶, conduziu a um confronto decisivo e vitorioso com os zulus, em Blood River, a 16 de Dezembro de 1838. Depois dessa decisiva vitória, os bôeres dispersam-se pelo interior em múltiplos aldeamentos, muito afastados de contactos regulares com a Europa e mantendo um estilo de vida arcaico e isolado, com base numa actividade agropastoril de subsistência. Como é evidente, este facto reforçou os já anteriormente presentes traços de identidade própria. Entretanto deve assinalar-se, de passagem, que o movimento de migração dos bôeres é posterior a um outro movimento de migração menos discutido: o dos griquas, povo mestiço originado pelos primeiros contactos entre marinheiros holandeses e mulheres hotentotes, e que foi expulso da Colónia do Cabo pelos holandeses, em fins do século XVIII. Num primeiro movimento migratório, os griquas estabeleceram-se em terras desocupadas a norte do rio Orange, de onde vieram a ser de novo expulsos pelos bôeres (em 1861-62) na sua regular busca de novas terras. Foram então forçados a estabelecer-se num território significativamente designado por *Nomansland*¹⁶⁷ na sequência dos muitos massacres aí perpetrados pelos exércitos de Shaka Zulu¹⁶⁸. Refere-se aqui este movimento de migração dos griquas, por expulsão imposta pelos bôeres africânderes, na medida em que tal expulsão ou rejeição dos griquas por parte dos colonos africânderes tem uma base estritamente ideológica. Esta rejeição colectiva de um povo mestiço que adoptara a língua, modo de vida e nomes de família dos colonos, correspondia a um envergonhamento colectivo face a estritas e recém-inventadas normas religiosas (Halford, 1949; Balson, 2004; Dower, 1978; Simons & Simons, 1969). Em contraste com a forma dispersa e não estruturada da ocupação de terras nos planaltos do interior por parte dos bôeres, mas como seria de esperar, o poder britânico desenvolveu de uma forma estruturada a sua Colónia do Cabo, a qual, em 1854, é dotada de instituições representativas. Em 1872, é mesmo criado o cargo de Primeiro-Ministro responsável perante um Parlamento. Entretanto, em 1843, os britânicos tinham anexado o território do Natal¹⁶⁹ onde generalizaram um processo de segregação dos indígenas em reservas. Nos planaltos do interior, os descendentes dos primeiros colonos holandeses, apesar de dispersos em múltiplos povoados isolados e de carácter familiar e patriarcal, fundaram a República do Transvaal e o Estado Livre do Orange, de que vieram a conseguir

166 O Great Trek, iniciado em 1834, foi realizado por cerca de 12 000 camponeses ou trekboers, é geralmente considerado o evento fundador da 'nação' africânder. Desenvolveu-se, a partir de então, a especificidade da cultura e línguas dos africânderes.

167 No Man's Land, ou «terra de ninguém».

168 Chefe guerreiro que se tornou famoso pela agressividade e forma impiedosa como tratava todos os que se lhe opunham e cuja acção originou numerosos movimentos migratórios de povos em fuga às suas atrocidades. Pensa-se que viveu entre 1785 e 1828. Foi assassinado por Dingane, um seu meio-irmão.

169 De onde os bôeres, que ali se tinham fixado, tendo criado uma entidade política efémera, designada por Fryheid, foram 'coagidos' a retirar-se.

o reconhecimento formal, por parte dos britânicos, respectivamente em 1852 e 1854¹⁷⁰. Apesar deste reconhecimento, as relações entre bôeres e britânicos assumiram, desde logo, algum grau de tensão, em particular a seguir a uma série de conflitos entre aquelas repúblicas bôeres e os povos africanos zulus, assim como com os griquas, os quais pediram, por vezes, o apoio dos britânicos. O conflito directo entre bôeres e britânicos tornou-se inevitável, em particular depois das descobertas mineiras no *hinterland* para lá do rio Orange e das montanhas Drakensberg.

Com a descoberta de terrenos diamantíferos na região de Kimberley¹⁷¹, em 1867, dá-se início a um ciclo totalmente novo de integração da África do Sul no sistema-mundo. Enquanto até aí a região era, fundamentalmente, um ponto de apoio às transacções comerciais com origem noutras partes do sistema, a partir daí começou a ser parte integrante (e mais significativa) do subsistema produtivo¹⁷². A notícia da descoberta de diamantes na região de Kimberley atraiu novos imigrantes estrangeiros, aventureiros (*uitlanders*¹⁷³) em busca de fortuna rápida e com uma visão do mundo diametralmente oposta à dos bôeres. Este primeiro confronto de culturas e de interesses, entre os bôeres e os *uitlanders*, repetiu-se mais tarde e com muito mais intensidade, com a descoberta dos campos auríferos na região do Witwatersrand, no Transvaal. Estes conflitos de visões e de interesses são apresentados como factores que estão na origem imediata das chamadas Guerras dos Bôeres¹⁷⁴.

Depois da Guerra dos Zulus, travada pelos britânicos para impor a sua soberania em todo o território do Natal, em 1877 o comissário-especial Theophilus Shepstone (anterior secretário dos Assunto Nativos da Colónia do Natal), por incumbência do então Secretário de Estado britânico para as Colónias (Lorde Carnarvon, governo do primeiro-ministro Disraeli), aproveitando as dificuldades financeiras do Presidente Burgers, declarou a anexação da então já designada por República da África do Sul (Transvaal), não tendo havido qualquer resistência significativa pela população de origem holandesa¹⁷⁵ quando a *Union Jack* foi hasteada nos edifícios públicos em Pretória. Em todo o caso, por essa altura, a República bôer do Transvaal estava também em sérias dificul-

170 Respectivamente, nas Convenções de Sand River e de Bloemfontein.

171 Hoje, capital da província de North Cape, era então a cidade mais a nordeste da Colónia do Cabo (portanto, sob administração britânica) e junto à fronteira com o Estado Livre do Orange.

172 Dizemos «subsistema produtivo» uma vez que, à escala do sistema-mundo, se definem outros subsistemas, como o político, o cultural e outros, sem que a enumeração tenha que ser feita ad infinitum.

173 Em holandês e afrikaans (ou 'africânico', a tradução portuguesa que proponho para designar esta língua), significa literalmente «forasteiros», nome dado aos imigrantes recém-chegados, normalmente de origem britânica. Esta designação, em rigor, só foi aplicada na região de Witwatersrand, na República do Transvaal, na medida em que Kimberley, na vizinhança do Estado Livre do Orange, estava situada na extremidade nordeste da Colónia do Cabo.

174 Como veremos mais adiante, há razões que apontam no sentido de uma encenação cuidadosamente planeada pelo governo da Colónia do Cabo, em conluio com interesses financeiros em busca de licenças mineiras, sem entraves por parte das autoridades africânderes.

175 É oportuno referir que, quando se fala de «população de origem holandesa», se está a referir uma amálgama de imigrantes embarcados em portos holandeses, sobretudo Amesterdão, incluindo também alemães, flamengos e huguenotes franceses.

dades financeiras em resultado de guerras inconclusivas, a nordeste, contra os pedi sob a chefia de Sekhukhune. Essa situação de possível ameaça por parte de povos africanos foi, aliás, um dos argumentos utilizados por Shepstone para persuadir muitos dos bôeres acerca das vantagens que teriam em se tornarem súbditos da coroa britânica. Apesar dessa não resistência por parte das populações bôeres, os dirigentes depostos (liderados pelo ex-presidente Burgers) apresentaram protestos formais, junto do governo britânico, protestos esses que não foram aceites (Fisher, 1969).

Em 16 de Dezembro de 1880, os bôeres revoltaram-se e iniciou-se o conflito armado que veio a ser conhecido como a Primeira Guerra dos Bôeres. Estes adoptaram a táctica militar da guerrilha o que veio a culminar com uma severa derrota das tropas britânicas em Majuba Hill em Fevereiro de 1881. Em consequência dessa derrota, o governo do primeiro-ministro Gladstone reconheceu a autonomia dos bôeres do Transvaal, ainda que sob um estatuto de protectorado, mais ou menos teórico¹⁷⁶. A tensão entre os dois principais grupos em presença (os bôeres e os britânicos) aumentou, em resultado da chegada e actuação de Cecil Rhodes na chefia do governo do Cabo, a partir de 1890, e complicou-se ainda em consequência da partilha de África na Conferência de Berlim e da presença da potência alemã no Sudoeste Africano. No que diz respeito a Cecil Rhodes, personagem central para a sequente evolução da situação na África do Sul, verificou-se, em 1896, uma primeira prova de força com o falhado golpe do famigerado *Jameson Raid* em fins de 1895¹⁷⁷.

O governo britânico, basicamente preocupado com a manutenção da estratégica Colónia do Cabo, não tinha tido até então problemas em aceitar a existência de dois estados bôeres na sua proximidade. Pelo menos até 1885-86, data em que a descoberta de ouro na zona centro do Transvaal (hoje chamada Gauteng ou, literalmente a «terra onde está o ouro»), atraiu uma nova onda de imigrantes e aventureiros em busca de ouro, principalmente britânicos (os *uitlanders*). As vastas reservas de ouro encontradas nas falésias do Witwatersrand eram as maiores até aí encontradas em todo o mundo e ainda mais valiosas do que as minas de diamantes anteriormente descobertas na zona de Kimberley. De acordo com as versões 'oficiosas' da época, os conflitos entre os africânderes bôeres (agricultores e criadores de gado) e os *uitlanders* não tardaram em estalar, agravando-se progressivamente ao longo dos dez anos seguintes, até pela vincada diferença de culturas e maneiras de estar.

Foi nesse contexto que, com o apoio tácito e financeiro de Cecil Rhodes (então já primeiro-ministro da Colónia do Cabo), um Dr. Leander Jameson (amigo pessoal de Rhodes) fez uma incursão armada, à frente de uma milícia

¹⁷⁶ Nos termos da Convenção de Pretória, de 3 de Agosto de 1881

¹⁷⁷ Ver os detalhes mais adiante.

de cerca de 600 homens, esperando obter o apoio e rebelião (também armada) dos *uitlanders*, na zona de Joanesburgo (Fisher, 1969). Este *raid* ou incursão armada, levou a que as relações entre a Colónia britânica do Cabo e as Repúblicas bôeres descessem a um ponto de ruptura¹⁷⁸ e, depois do insucesso de uma última tentativa de reconciliação num encontro entre o alto-comissário britânico Alfred Milner e o Presidente da República do Transvaal Paul Kruger, em Bloemfontein, começou em 1899 a Segunda Guerra dos Bôeres.

Vimos assim como, ao longo de sensivelmente um século de tensão permanente entre britânicos e colonos de origem holandesa, se foram criando as condições para um inevitável confronto armado generalizado. Temos então, por um lado, o modo social de ocupação e exploração da terra adoptado pelos africanos bôeres, traduzindo a necessidade vital de expansão geográfica. Este facto, juntamente com o vector ideológico da alegada doutrina calvinista de «separação das raças», não podia deixar de dar origem a uma necessidade de autarcia e exclusivismo étnico. Temos, por outro lado, quer a visão do mundo, universalista e cosmopolita, das elites dirigentes de um império no auge da sua expansão, quer a necessidade de expansão comercial das respectivas classes burguesas, nas suas componentes financeiras e industriais.

178 O falhanço do Jameson raid levou também à perda da credibilidade política de Cecil Rhodes. Em troca da manutenção do estatuto majestático da sua *British South Africa Co.*, Rhodes garantiu a não implicação de Joseph Chamberlain na preparação do ataque falhado. Chamberlain, então ministro das Colónias (em Londres), nomeou Alfred Milner governador da Colónia do Cabo e alto-comissário para a África do Sul.

7.3.2 Cecil B. Rhodes e a ideia do Império Britânico

Por que razão não havemos de formar uma sociedade secreta só com o objectivo de expandir o Império Britânico, o domínio de todo o mundo civilizado, a recuperação dos Estados Unidos e transformar toda a raça anglo-saxónica num só Império. Mas que sonho! Mas sim, é provável, é possível. Ouvei uma vez um colega da minha própria faculdade, lamento dizê-lo porque era um inglês, que era uma coisa boa que tivéssemos perdido os Estados Unidos. Há algumas matérias que não se devem sequer discutir e, para um inglês, esta é uma delas; mas mesmo de um ponto de vista de um americano, imagine-se apenas aquilo que eles perderam, veja-se o seu governo, não é que as fraudes que todos os anos vêm a público, são uma desgraça para qualquer país, especialmente o deles que é o melhor do mundo. Teriam [as fraudes] acontecido se tivessem permanecido sob domínio inglês? Grandes como se tornaram, não estariam infinitamente melhor com as refinadas e elevadas influências do domínio inglês, pensem nos incontáveis milhares de ingleses que teriam atravessado o Atlântico nos últimos 100 anos e assentado e populado os Estados Unidos. Sem qualquer preconceito, não teriam feito um país melhor do que as classes baixas dos imigrantes irlandeses e alemães? (Cecil John Rhodes, *Confessions of Faith*)

O regime de *apartheid*, que foi formalmente introduzido a seguir à vitória do Partido Nacional nas eleições de 1948, era natural e justificadamente acusado de se basear numa filosofia racial, tendo aliás implícita – e, ao princípio, até de forma explícita – a ideia racista da superioridade de uma determinada ‘raça’ sobre as outras. Em resumo, o *apartheid* era um regime simultaneamente racista e racista¹⁷⁹. Ao longo da segunda metade do século xx, propagou-se a ideia, entre observadores casuais da vida sul-africana, que ‘racistas’ seriam os africânderes, sendo os ingleses tidos como ‘liberais’ ou ‘menos racistas’ e disponíveis para aceitar como normal a ideia da coexistência pacífica entre as diversas ‘raças’ residentes na África do Sul. Seria assim interessante reflectir aqui sobre a realidade subjacente, assim como sobre o desenvolvimento histórico da ideologia racista na África do Sul, anteriormente ao período do regime de *apartheid*.

Cecil Rhodes, personagem central nas origens da moderna África do Sul, chegou a este país em 1870 (com apenas 17 anos de idade) para se juntar a um seu irmão, com quem veio a fazer prospecção de diamantes em Kimberley. Regressou a Inglaterra três anos mais tarde para aí fazer estudos em Oxford, enquanto continuava a acumular uma fortuna à custa da exploração de diamantes em Kimberley¹⁸⁰. Em 1880, formou a De Beers Mining Company, já então a segunda maior empresa mineira na África do Sul. Em 1888, conse-

179 Entendemos como racista o regime político que, no seu ordenamento jurídico, leve formal e explicitamente em linha de conta, a pertença étnica dos seus cidadãos ou residentes, sem que isso implique relações de superioridade por parte de um dos grupos em presença.

180 Rhodes foi intercalando os estudos em Oxford com estadias em Kimberley, acabando a sua formação académica apenas em 1881.

guiu negociar com Lobengula, chefe dos Matabeles, o exclusivo da exploração mineira nas regiões de Matabeleland e Mashonaland, tendo vindo a efectivar essa exploração através da British South Africa Company, por si fundada em 1889. Ainda em 1888, consolidou e estabeleceu um monopólio de facto na exploração de diamantes em Kimberley, ao conseguir fundir a sua empresa com a companhia mineira de Barney Barnato¹⁸¹, fusão de que resultou a De Beers Consolidated Mines.

Em 1890 Cecil Rhodes tornou-se primeiro-ministro da Colónia do Cabo, onde restringiu os direitos de cidadania e voto com base na escolaridade, com evidente discriminação relativamente aos não brancos. Em 1896, foi forçado a demitir-se do cargo de primeiro-ministro, por causa do seu envolvimento no fracassado *Jameson Raid* levado a cabo por um seu amigo pessoal, Leander Starr Jameson¹⁸². Cecil Rhodes tornou-se, assim, na personalidade fundadora do grupo empresarial que esteve na origem da Anglo-American Corporation, a mais poderosa organização empresarial de base sul-africana e que veio também a ser instrumentalizada pelo poder político africânder para promover a sua própria ascensão social e económica. Importa, deste modo, reflectir minimamente sobre a personalidade e ideologia de Cecil Rhodes¹⁸³, o qual tem já sido descrito como o mais poderoso agente do imperialismo britânico em fins do século XIX¹⁸⁴. Diga-se de passagem que no cerne uma das polémicas acerca das motivações de Cecil Rhodes, está a determinação de se Cecil Rhodes era um capitalista ou se um imperialista (como se isso fosse de facto muito relevante para a História). Por outras palavras, se Rhodes utilizava o 'patriotismo' e as ambições imperiais dos políticos sobre os quais exercia influência, para ganhar dinheiro, ou se, pelo contrário, procurava ganhar dinheiro para conseguir alcançar os seus objectivos 'patrióticos' de grandeza imperial. Em todo o caso, lembre-se a sua célebre definição da *Union Jack*: «o mais valioso património comercial à face da Terra era a bandeira de Sua Majestade britânica»¹⁸⁵. Convém também ter presente que Cecil Rhodes viveu numa era de assumida instrumentalização política das ciências embrionárias da etnografia e da antropologia. Por outro lado, importa também referir o contexto em que cresceram e foram educados Cecil Rhodes e seus pares na administração colonial.

181 Outro 'milionário aventureiro'. A sua história pessoal e a forma como Rhodes acabou por convencê-lo a concordar com a fusão das suas empresas, deu origem a não poucas especulações, romances e filmes de semificação.

182 Leander Jameson era médico e quadro da administração colonial britânica. Por essa razão foi obrigado a regressar a Londres, onde foi julgado e condenado. Teve que cumprir 15 meses de prisão. Apesar disso, depois de regressar à África do Sul, veio a ser primeiro-ministro entre 1904 e 1908.

183 Para mais detalhada compreensão da vida e obra de Cecil Rhodes ver, por exemplo, Lockart & Woodhouse (1963) e Roberts (1988).

184 Não esquecer a sua outra criação fundamental: a companhia majestática British South Africa Company, que veio a apoderar-se dos territórios que constituem hoje a Zâmbia e o Zimbabué, antigas Rodésias do Norte e do Sul. Esta companhia, que começou por receber 15% dos lucros anuais da De Beers Consolidated Mining Company, foi um instrumento de privatização da expansão imperial.

185 Mais um bom exemplo de como as análises dicotómicas acabam quase sempre por incorrer no erro do reducionismo.

Nos primórdios do século XIX, houve entre os dirigentes e classes altas da Grã-Bretanha algum cepticismo acerca da ideia de império. Depois da Revolução Americana e das reclamações por governo autónomo por parte dos Domínios do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, nas décadas de 40 e 50, instalara-se entre as elites britânicas a ideia de que as colónias eram como que ‘filhos’ da mãe-pátria, destinadas a crescer e tornarem-se naturalmente independentes. Ideia portanto oposta à ideia de império. No entanto, nas décadas de 60 e 70 do século XIX¹⁸⁶, há um renascer desta ideia, que se acentua, ou ilustra, com a ideia do Império da Índia e a coroação da Rainha Vitória como Imperadora da Índia, sob o impulso do governo de Disraeli. Nas próprias palavras de Cecil Rhodes,

Eu afirmo que nós somos a primeira raça no mundo e que, quanto mais mundo nós habitarmos, melhor será para a raça humana. Eu afirmo que cada acre que adicionarmos ao nosso território significa mais nascimentos na raça britânica os quais, de outra forma, não viriam a acontecer. Se Deus existe, penso que ele quereria que eu pintasse a maior parte possível de África com o vermelho britânico. (Stead, 1902).

Ou ainda, segundo nos diz Govan Mbeki (1992),

Nós [os Brancos] estamos destinados a ser os senhores que os dominam [aos Africanos]. São estas as minhas políticas ... e são estas as políticas da África do Sul.

Ou então, mas nas palavras de Sir Alfred Milner,

Eu sou um Nacionalista e não um cosmopolita... Eu sou Nacionalista britânico (de facto, em primeiro lugar, um Nacionalista inglês). Se sou também um Imperialista, isso acontece porque o destino da raça inglesa, devido à sua posição insular e prolongada supremacia marítima, foi o de lançar raízes em diferentes partes do mundo. Eu sou um imperialista e não um inglês da Pequena Inglaterra, porque sou um Patriota da Raça Britânica... O Estado Britânico deve seguir a raça, deve abrangê-la onde quer que ela se instale em números significativos como um comunidade independente. (*in* Breckenridge, 2004).

Estas ideias de superioridade racial eram então perfeitamente comuns, e como que infectavam a generalidade dos colonos britânicos. Como nos diz Robert Huttenback (1976), em termos da hierarquização social, era claramen-

186 Ou seja, junto ao topo e principio da descida de uma curva de Kondratieff.

te melhor ser inglês do que ser irlandês, mas claro que era 'ainda melhor ser branco do que ser preto'. Quanto às outras 'raças' europeias, embora pudessem ser, e fossem normalmente, objecto de menor consideração social por parte dos ingleses, pelo menos não eram tão diferentes dos britânicos como o eram os africanos e asiáticos. É o mesmo Huttenback que chama a atenção para a vertente económica e de luta de classes desta visão racial das relações entre povos de origens diferentes, quando informa acerca dos receios sentidos pelos trabalhadores de origem britânica relativamente à concorrência de mão-de-obra mais barata oriunda de África ou Ásia.

Como tenho vindo a assinalar, o fenómeno da expansão europeia ao longo de todo o século XIX tem raízes profundas na necessidade lógica de expansão, geográfica e demográfica, inerente ao funcionamento do sistema capitalista. As crises periódicas, quer de natureza de transformação estrutural, quer de natureza sistémica (queda tendencial da taxa de lucro) não mais fizeram do que originar ondas de emigração de maior densidade. Ao nível de fenómenos sociais observáveis, a necessidade de emigração de grandes massas populacionais para fora da Europa industrializada (em particular no caso do Reino Unido) não escapava, naturalmente, à análise das suas elites. Foi o que Cecil Rhodes expressou, em declaração a um jornalista seu conhecido, apresentando a via de solução para o problema social na Grã-Bretanha, ou seja, para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido da perspectiva iminente de uma guerra civil: os homens de Estado coloniais deviam conquistar novas terras para aí colocar os excedentes de população, alargando assim os mercados para as produções alargadas a partir de novas fábricas e novas minas. Entretanto, foi na maré alta da expansão imperial europeia, da segunda metade do século XIX, que se desenvolveu a ideia do darwinismo social e da sua doutrina da sobrevivência dos mais aptos. Uma tal ideologia, que forneceu as bases de justificação moral para o colonialismo e ocupação de terras expropriadas às populações aborígenes, desembocou na prática do que se veio a chamar «imperialismo social», e teve na personalidade de Cecil Rhodes o seu expoente máximo.

O jornalista Stead, amigo íntimo de Cecil Rhodes, conta que aquele lhe dizia em 1895, a propósito das concepções imperialistas::

Estava eu ontem no East End [bairro operário de Londres] e assisti a uma reunião de desempregados. Ouvi alguns discursos inflamados. Não havia mais do que um grito: Pão! Pão! Revivendo toda a cena quando regressava a casa, fiquei ainda mais convencido do que antes da importância do imperialismo... A ideia que mais me conforta é a solução do problema social, a saber: para salvar os quarenta milhões de habitantes do Reino Unido de uma guerra mortífera nós, os colonizadores, devemos conquistar novas terras para

ai instalar o excedente da nossa população, ai encontrar novas saídas para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O Império, sempre o disse, é uma questão de barriga. Se quisermos evitar a guerra civil, é preciso que nos tornemos imperialistas. (Lenine, 1952, cap. 6; Magubane, 1981, p. 166).

Outra perspectiva sobre a personalidade de Cecil Rhodes, que ajudará certamente a melhor entender a sua actuação, encontra-se nas suas próprias palavras em *Confession of Faith* (1877), que evidenciam a primazia dada ao factor político, convertendo o factor económico, ou o interesse do grande capital financeiro, em 'mero' instrumento das ambições imperiais da 'classe-estado', personificadas na peculiar personagem de Cecil Rhodes.

Tal como tenho vindo a sublinhar, em questões de análise social uma explicação de carácter dicotómico apresenta-se-nos quase sempre como insatisfatória. Assim sendo, proponho que ambas as abordagens são parcialmente adequadas e que se complementam para se obter uma melhor compreensão do processo de integração da África do Sul no sistema-mundo.

O economista britânico John Hobson, contemporâneo de Cecil Rhodes e supostamente criador do conceito de «imperialismo» aplicado à solução encontrada por Rhodes, tendo sido um observador local das chamadas Guerras dos Bôeres, descreveu com detalhe as relações de causa e efeito entre, por um lado, os interesses dos financeiros britânicos (ou com interesses sediados em Londres), cujos lucros dependiam em grande parte de explorações, contratos, concessões e fornecimentos ao Estado¹⁸⁷ e, por outro lado, o funcionamento do sistema de acumulação a que se veio a chamar imperialista. Hobson referiu-se ainda ao aburguesamento das classes trabalhadoras britânicas e esteve, também, na origem da ideia formulada por Lenine de que esse aburguesamento da classe operária era natural num país como a Inglaterra, na medida em que se tratava de um país «que explora o resto do mundo»¹⁸⁸.

Concluindo, devo referir que, dado o carácter confabulatório que se entrevê nas análises encontradas relativamente ao testamento de Cecil Rhodes (Quigley, 1981) e à sua utópica ou peregrina ideia de um governo mundial de base anglo-americana¹⁸⁹, não cabe aqui discutir as eventuais repercussões de uma tal ideia, ou a sua hipotética difusão através das *Rhodes Scholarships* esta-

187 Normais no contexto do funcionamento normal de um império.

188 A ideia de que a exploração capitalista se materializa também através de mecanismos em que «um país pode explorar outros países», o que se sobrepõe à ideia do marxismo clássico da exploração das classes trabalhadoras por uma classe parasítica, tem, noutros contextos, consequências analíticas não despreciables, mas que aqui não cabe discutir.

189 Rhodes tinha a ideia da superioridade das 'raças' britânicas e da 'lógica' do seu destino imperial. Afirmava também a ideia de «pintar o mapa de África com a cor vermelha britânica». Sonhava ainda reintegrar os EUA no sistema imperial britânico. Segundo Carrol Quigley (1981), o seu testamento, ao estabelecer as bolsas de estudo Rhodes Scholarships destinadas a homens de Estado, britânicos e norte-americanos, tinha por finalidade preparar os meios para alcançar aquele objectivo final, baseando-se nos acontecimentos verificados na África do Sul – conquista e consolidação da última aquisição do Império – e, em particular, na suposta sedução que tal projecto exerceria sobre uma personalidade como a de Jan Smuts.

belecidas naquele testamento, relativamente à posterior trajectória do sistema-mundo.

7.3.3 A Segunda Guerra dos Bôeres, ou de como justificar o imperialismo

Quando em Outubro de 1899 o Império Britânico entrou em guerra com os bôeres do Transvaal e do Estado Livre do Orange, pensaram os seus dirigentes que a guerra seria uma questão de alguns poucos meses. A Segunda Guerra dos Bôeres (por vezes designada como «A guerra da África do Sul») acabou, no entanto, por ter sido, desde as guerras napoleónicas, o maior conflito armado em que, até aí, participara a Grã-Bretanha. Mesmo considerando a Guerra da Crimeia ou a Guerra da Independência dos Estados Unidos, a Guerra dos Bôeres foi a que envolveu o maior número de soldados britânicos directamente nos campos de combate. Foi também a primeira guerra dos tempos modernos a ter sido travada, não só nos campos de batalha, mas também na opinião pública mundial. Com efeito, tanto os comandantes militares como os dirigentes políticos de ambos os lados, se preocuparam, de forma clara e explícita, com a cobertura noticiosa dos acontecimentos e do seu impacto junto da população civil não directamente envolvida. Lembro a esse respeito que foi exactamente no virar do século XIX para o século XX que os novos meios técnicos (o telefone e o telégrafo) e as agências noticiosas começaram a desempenhar um papel crucial na globalização da informação. Foi assim que a Guerra dos Bôeres se tornou rapidamente no mais noticiado acontecimento fora da Europa, entre a Guerra Civil norte-americana e a Primeira Guerra Mundial.

As forças britânicas envolvidas no terreno de combate chegaram quase aos 450 000, contra cerca de 50 000 soldados bôeres, chegando a um máximo de pouco mais de 80 000. De entre as tropas britânicas, algumas dezenas de milhares eram voluntários, oriundos das colónias e domínios do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, facto que atesta do ‘fervor patriótico’ incentivado pela cobertura noticiosa da Guerra dos Bôeres. Por outro lado, a dimensão e significado das recém-descobertas minas de ouro do Transvaal, assim como o papel desempenhado por políticos proeminentes em associação com magnatas da finança internacional, de que a figura de proa era Rhodes, emprestaram à Segunda Guerra dos Bôeres uma dimensão de imoralidade e hipocrisia, naturalmente exploradas pelos seus opositores.

O despoletar desta Segunda Guerra dos Bôeres, travada entre 1899 e 1902, deu origem a não poucas polémicas no que diz respeito às suas causas. Pela minha parte, começo por chamar a atenção para a problemática, já anteriormente abordada, das relações entre dois tipos de actores sociais: as empresas e o Estado. Isto porque uma boa parte da polémica gira em torno da questão de

se determinar qual a causa primária ou principal no despoletar da guerra. Se os interesses de expansão capitalista dos financeiros à volta de, ou representados por, Cecil B. Rhodes, como a casa Rotschild e Alfred Beit e Julius Wernher, ou se, pelo contrário, os interesses de expansão política imperial, representados por Chamberlain e Milner. Para John Atkinson Hobson (1900, 1961), foram os interesses económicos de 'Rhodes & Cia.' a causa primordial, enquanto que, para Ethel Drus (1952, 1953, 1963) e Jean Van der Poel (1951), foram os interesses de expansão política imperial.¹⁹⁰ Schumpeter (1986), por sua vez, referiu os atavismos herdados do regime feudal (hierarquias político-militares, domínio da 'espada' sobre o 'contrato'), como a causa fundamental do despoletar da guerra (Meyer, 2000-2001). Assinale-se ainda um outro tipo de divisão ou de classificação das causas da Segunda Guerra dos Bôeres. Refiro-me à polémica entre os autores defensores da ideia de que os factores primordiais são factores residentes no centro do sistema (para o caso, o império centrado em Londres), como Hobson, ideia retomada mais tarde por Jean Van Der Poel, e os autores defensores da ideia de que os factores primordiais são antes as condições locais. Para o caso, os conflitos localizados entre duas repúblicas arcaicas, vivendo em elevado grau de autarcia, e uma massa crescente de imigrantes (os *uitlanders*) com uma mundivisão diametralmente oposta à dos africanos.¹⁹¹ Um terceiro tipo de explicação foi avançado por Schumpeter (Mommsen, 1982) e retomado por Byron Farwell (1990). Estes sublinharam os resíduos históricos e socioculturais do feudalismo nas sociedades europeias em expansão, resíduos (ou atavismos) esses que dificultaram, de forma determinante, os contactos e negociações com povos na periferia, levando-as à conquista destes povos e sua eventual subjugação.

A posição oficiosa do governo britânico para justificar a guerra, fundava-se na necessária «defesa de legítimos interesses e liberdades fundamentais» dos *uitlanders* (quase todos cidadãos britânicos), reprimidos pelos governos bôeres¹⁹². John Hobson apresentou uma explicação alternativa. Segundo este autor, cujas ideias influenciaram as teses leninistas sobre o imperialismo, a Segunda Guerra dos Bôeres teria sido instigada pela guarda avançada do grande capital financeiro (representada por Cecil Rhodes) a qual pretendia, muito simplesmente, apoderar-se dos campos auríferos do Transvaal, para além de

190 Não posso deixar de assinalar, de novo, a síndrome da dicotomia analítica.

191 Nesta segunda classe de explicações enquadram-se os trabalhos de Ronald Robinson e John Gallagher (1953), e de William Roger Louis (1976).

192 Para efeitos de justificação perante a opinião pública europeia, argumentava-se que os direitos e liberdades fundamentais dos *uitlanders* (na esmagadora maioria de origem britânica) eram sistematicamente infringidos pelos bôeres que impediam (ou procuravam impedir) o desenvolvimento das actividades económicas, nos territórios sob sua administração, em mãos de estrangeiros. A principal reclamação das autoridades britânicas era que fosse concedida a franchise ou direitos de cidadania aos imigrantes de origem britânica. A gota de água que despoletou as hostilidades terá mesmo sido a recusa do Presidente Kruger em reduzir o número mínimo de anos de residência no Transvaal para a obtenção da cidadania.

consolidar o controle dos campos diamantíferos na proximidade do Estado Livre do Orange¹⁹³. Conforme foi já assinalado, a posição oficiosa do governo britânico, para justificar a guerra contra os bôeres, baseava-se na recusa do governo da República do Transvaal¹⁹⁴ em conceder direitos de cidadania aos *uitlanders* residentes no Witwatersrand.

A guerra durou cerca de três anos. Depois de algumas vitórias iniciais por parte dos bôeres, a chegada de significativos reforços militares vindos da Grã-Bretanha, assim como das colônias e domínios, acabou por levar à rendição dos últimos bôeres, em Maio de 1902. Foi durante esta guerra que foram experimentadas pelos britânicos novas técnicas de contra-guerrilha, de modo a destruir as bases civis da actuação dos guerrilheiros bôeres, designadamente a destruição de fazendas agrícolas e o acantonamento, em campos de concentração, de civis, mulheres e crianças bôeres. A guerra causou a morte a cerca de 22.000 soldados britânicos e mais de 25.000 civis bôeres. Refira-se que há entre os africânderes uma compreensível ideia de considerar estas guerras como 'guerras de libertação'. De acordo com o Tratado de Vereeniging de Maio de 1902, que pôs fim à guerra e às repúblicas do Transvaal e do Orange, os bôeres receberam uma compensação de 3 milhões de libras e a promessa de governo autónomo no âmbito da União Sul Africana a ser estabelecida em 1910. O texto do Tratado não faz qualquer referência ao problema dos nativos. Poder-se-ia argumentar a esse respeito que, em rigor, o Tratado não tinha que fazer qualquer referência aos 'nativos' (a guerra até nem era com 'eles'); só que uma das causas da hostilidade latente (antes das guerras dos bôeres) entre africânderes e britânicos era justamente o facto de o poder político britânico ter a tradição de reconhecer direitos de cidadania (conceder a *franchise*) aos nativos entretanto 'civilizados', com base em critérios de património e escolaridade. O exemplo dos *coloureds* e mesmo de alguns negros da Colónia do Cabo constituía, para os africânderes, um perigoso precedente. Esta prática era reprovada pelas anteriores repúblicas bôeres que continuavam a praticar relações de serventia em relação aos nativos, rejeitando liminarmente quaisquer ideias de *franchise*. Deve ainda acrescentar-se que, no período de negociações que antecedeu a assinatura do Tratado, foram abordadas as questões das terras e dos direitos de cidadania, questões que se acordou deixar para mais tarde (Simons & Simons, 1968, cap. 3). Entretanto, tal como se veio a verificar, a ideia mestra das autoridades britânicas era, em todo o caso, endossar a responsabilidade

193 Em 1870, aliás, a cidade de Kimberley foi incorporada no Estado Livre do Orange, depois da descoberta dos primeiros diamantes aluviais, em 1867, perto da confluência da ribeira Creek com o rio Orange.

194 Lembremos que, desde o fim da Primeira Guerra dos Bôeres, o 'Estado do Transvaal' se encontrava formalmente em situação de suserania relativamente à coroa britânica.

pela gestão desses problemas ao novo poder político que se viesse a estabelecer na África do Sul.

A história da moderna África do Sul, desde o início das chamadas Guerras dos Bôeres (em particular a segunda), constitui como que um epítome da história mundial ao longo do século xx. Foi aqui que primeiro se fizeram sentir os sintomas do 'fim das fronteiras', a que fiz referência mais atrás, ao discutir as ideias de sistema fechado e sistema aberto no contexto da discussão do conceito de sistema-mundo. O movimento revolucionário que, na Europa, culminou na Revolução Bolchevique teve, entre as suas bases ideológicas, o conceito de «imperialismo» (enquanto suposto «estádio final do capitalismo»), desenvolvido por Lenine e baseado nas reflexões de John Atkinson Hobson, ideias essas elaboradas justamente acerca das Guerras dos Bôeres. Por outro lado, a Segunda Guerra dos Bôeres marcou o fim da ideia (para alguns muito simplesmente romântica ou romanticizada) de um *imperium* de carácter político-militar e que seria o 'simples' resultado da expansão étnica e cultural dos povos britânicos (*Rule Britannia...*) e a sua passagem a um imperialismo nacionalmente descaracterizado e, portanto, de tipo internacional, próprio do capitalismo financeiro. A esse respeito, importa ter presente a necessidade de se considerar o período, que vai desde 1914 até 1990 (mais ano, menos ano), como um período histórico formando uma só unidade analítica¹⁹⁵. Tal como nos assinalam Frank P. Chambers *et al.* (1943):

Em geral reconhece-se agora que duas guerras mundiais e outras guerras intermediárias, revoluções e crises, são episódios de apenas uma idade de conflito a qual se iniciou em 1914 e que ainda não se concluiu. É uma idade que trouxe ao mundo mais mudança e tragédias do que qualquer outro período igual de que há registo histórico. No entanto, quaisquer que venham a ser o seu definitivo significado e consequências, podemos desde já pensar esse período – e escrever a seu respeito – como uma unidade histórica.

A mesma ideia fundamental achava-se já em *Imperialism* de Hobson, obra elaborada nos anos da guerra e publicada em 1902. O significado profundo dos acontecimentos históricos da passagem do século xix para o século xx, altura em que o sistema-mundo estava a encontrar os limites finais da sua expansão territorial, encontra-se justamente numa adequada interpretação dos acontecimentos na África do Sul. No caso da Segunda Guerra dos Bôeres, já acima referi que a posição oficial do governo britânico era a de que o governo da República africânder do Transvaal se recusava a conceder aos *utilanders* direitos e liberdades considerados fundamentais. A história parece

195 Não se pode deixar de fazer referência à obra de Eric Hobsbawm, *Age of Extremes* (1995).

ser uma outra e merece ser contada, até na medida em que a Segunda Guerra dos Bôeres se configura, efectivamente, como um acontecimento central para a compreensão de toda a história da África Austral ao longo do século xx. Por outro lado, importa também sublinhar o papel crucial aí desempenhado pelos interesses económicos e financeiros em jogo. Assim, em 18 de Dezembro de 1898, ou seja, pouco antes do eclodir da guerra, o tenente-general Sir William Butler, então comandante-chefe das Forças Britânicas na África do Sul, baseado na Cidade do Cabo, escreveu ao secretário de estado para as Colónias, em Londres:

Todas as questões políticas na África do Sul e quase toda a informação enviada da Cidade do Cabo, têm estado a ser manobradas por aquilo que eu já descrevi como sendo um sindicato colossal para divulgar informação falsa. (Benson, 1987).

Deve ainda e também assinalar-se que William Butler, na altura do envio deste despacho para Londres, era também alto-comissário interino, na ausência de Sir Alfred Milner, então de viagem para Londres, justamente para defender a necessidade da guerra contra a República africânder do Transvaal. Imediatamente a seguir ao regresso de Lord Milner, o general William Butler pediu a demissão e regressou a Londres. Significativamente, os historiadores dos anos seguintes pouca referência fazem ao facto de William Butler ter uma perspectiva sobre a necessidade ou justificação para a guerra, diametralmente oposta ao do alto-comissário Alfred Milner. Assinale-se que o general Butler teve ocasião de fazer diversas visitas à República bôer do Transvaal, tendo oportunidade de constatar que as alegadas queixas e reclamações dos *uitlanders* pareciam ser uma colossal e fraudulenta fabricação dos jornais ingleses. A perspectiva de William Butler coincidia com a de um outro observador, bem mais conhecido. Tratava-se do já referido John Atkinson Hobson (1900), bem colocado até por ter visitado e observado a região das recém-abertas minas do Transvaal, que escreveu, acerca das queixas dos *uitlanders* e das razões avançadas pelo governo britânico para justificar a guerra contra a República bôer do Transvaal, o seguinte:

Estamos a combater uma guerra de modo a colocar no poder em Pretória uma pequena oligarquia internacional de proprietários de minas e de especuladores. Os ingleses farão bem em reconhecer que os destinos económicos e políticos da África do Sul estão, e parece que vão continuar, nas mãos de homens, a maior parte dos quais são estrangeiros de origem, cujo negócio são as finanças e cujos interesses comerciais não são britânicos.

Outro escritor da mesma época e que parece ter escapado à atenção de alguns historiadores¹⁹⁶ é Lisle March Phillips (1901), oficial dos Escutas de Rimington¹⁹⁷, que trabalhou diversos anos no Transvaal, antes da guerra. Diz-nos, então, Phillips a respeito das queixas e reclamações dos *uitlanders* (forasteiros):

No que diz respeito aos forasteiros e às suas queixas, eu não daria um passo nem mexeria uma palha para corrigir todas as queixas que têm sido inventadas. A maioria dos forasteiros (ou seja, mineiros e outros trabalhadores do Rand) não tinham queixas. Sei do que estou a falar porque vivi e trabalhei no meio deles. Vi jornais ingleses a passarem de mão em mão e as gargalhadas provocadas pelos telegramas do Times acerca dessas preciosas queixas. «Costumávamos ler os jornais de Londres para saber quais eram as nossas queixas e com muita frequência estas deviam-se a causas de que nunca tínhamos ouvido falar». «Nunca encontrei um mineiro ou trabalhador que estivesse na disposição de fazer uma longa caminhada para ter o direito ao voto¹⁹⁸ e co-nheci e falei com muitas centenas deles».

Saliente-se que as afirmações deste tipo não vinham de observadores que fossem críticos da ideia do Império Britânico. A começar pelo general William Butler, com uma carreira brilhante na Índia, no Egipto (Guerra do Sudão) e na África Ocidental, e a acabar em John Atkinson Hobson, um economista liberal da tradição smithiana. Para estes e outros observadores, a política seguida por Milner (o alto-comissário na Cidade do Cabo), em conluio com Cecil Rhodes, era algo de completamente novo e inusitado na política externa britânica (Benson, 1987): o uso explícito e programado de uma fabricação propagandística fraudulenta, a uma escala colossal, de modo a levar o Parlamento Britânico a aprovar os meios necessários para fazer a guerra e assim garantir o controle absoluto e completo dos novos campos mineiros, convergindo com o ponto de vista dos mais interessados, os últimos e mais ricos do planeta. Dando um salto em frente, na cronologia da historiografia sobre o tema, vamos encontrar, em 1979, a obra de Thomas Pakenham, *The Boer War*, onde se pode ler, a propósito das causas da guerra:

196 São relativamente poucas as referências encontradas e cheguei a esta referência quase por acaso, enquanto procurava identificar bibliografia digna de consulta e de eventual aquisição.

197 Comandante de um esquadrão de reconhecimento do regimento de cavalaria Inniskillings do coronel Baden-Powell.

198 A principal razão da discórdia entre o governo bóer do Transvaal e o governo britânico, e que veio a 'justificar' a guerra, eram as condições de acesso ao direito de voto por parte dos imigrantes de origem britânica.

Há em primeiro lugar uma fina linha dourada que atravessa a narrativa, uma linha entretecida pelos ‘escaravinhos do ouro’, os milionários do Rand que controlavam as mais ricas minas de ouro do mundo. Os historiadores têm desde então assumido que nenhum dos ‘escaravinhos do ouro’ estivesse directamente envolvidos no despoletar da guerra. Mas estavam-no directamente... Encontrei provas de uma aliança informal entre Sir Alfred Milner, o alto-comissário, e a firma de Wernher-Beit, a casa mineira dominante do Rand.... Estou convencido de que foi esta aliança que deu a Milner a força para precipitar a guerra.

A Segunda Guerra dos Bôeres está na origem de toda uma discussão teórica sobre as causas do fenómeno do imperialismo. Vimos também que, a esse respeito e no caso da África do Sul, se encontram na literatura dois tipos de explicação: a primazia dos factores associados ao capital financeiro e a primazia dos factores do poder político imperial. Neste segundo caso, teríamos que levar em consideração a ideia schumpeteriana do desfasamento entre a cultura expansionista do invasor e a cultura autárca do invadido. Pensamos que a evolução histórica veio a dar razão às ideias, que a seu tempo, explicavam a Guerra dos Bôeres não como apenas um resultado da expansão imperial britânica (primazia do poder político), mas sobretudo em razão da necessidade de expansão do capital financeiro, embora se deva registar e reconhecer o entrecruzamento de influências recíprocas entre as duas ordens de factores.

7.4 A encenação historiográfica e política

Quem controla o passado, controla o futuro. Quem controla o presente, controla o passado. (George Orwell)

7.4.1 Introdução

Perfeitamente consciente da importância do que estava em causa, o governo do Partido Nacional cedo reconheceu a importância do ensino da História para a construção de uma forte identidade nacional, na tentativa (gorada) de persuadir quer os países vizinhos, quer os ‘co-residentes’ africanos internos, da aceitação da sua especificidade nacional e do seu direito histórico a reclamar e ocupar *de jure e de facto* o território da República da África do Sul. Foi assim inventada toda uma ‘história’, mais ou menos ficcionada, relativamente à chegada dos primeiros colonos holandeses, às desocupadas terras virgens da extremidade austral do continente africano. Tendo em conta a óbvia e visível desproporção de números entre a população de origem holandesa e a população de origem africana, deve assinalar-se que, durante o regime do Partido

Nacional, uma das 'queixas' ou acusações do grupo africânder relativamente aos seus patrícios holandeses foi justamente que estes nunca se tinham verdadeiramente interessado pela colonização da África do Sul, de *per se*. Segundo esta versão oficiosa da História da África do Sul (Kock, 1972) – distribuída gratuitamente nos aeroportos internacionais deste país, na década de 70 –, os primeiros colonos africânderes tinham-se limitado a ir, lenta e progressivamente, ocupando terras virgens ou apenas esporadicamente ocupadas por povos pastores, ocupando essas terras com a mesma legitimidade que os colonos de origem britânica tinham ido ocupando as terras igualmente vazias (ou só esporadicamente ocupadas), primeiro da costa Leste e depois do Oeste norte-americano. Ainda segundo a ideologia do Estado sul-africano, desde pelo menos o tempo de André Malan até ao tempo de Hendrik Verwoerd e Balthazar Vorster, só a descoberta dos campos mineiros e a correlacionada e embrionária industrialização, assim como a consequente necessidade de recrutamento de mão-de-obra entre as populações das «reservas indígenas», só isso, é que teria dado origem ao problema da coexistência menos pacífica, entre diferentes grupos étnicos, nas áreas urbanas (Giliomee, 2003). Só a título de curiosidade, diga-se que, sendo a Holanda, desde há séculos, um país com potenciais excedentes demográficos, seria um tema interessante de reflexão e estudo, considerar o porquê do relativo desinteresse dos holandeses pela construção de um império colonial 'à inglesa', muito em especial se considerarmos os primórdios da expansão holandesa no Nordeste brasileiro, Angola e Nova Amesterdão (hoje Nova Iorque) e muito em particular no contexto das teses, de autores como Walter Rodney, relativamente ao enriquecimento da Europa à custa do empobrecimento de África.

Antes da descoberta dos campos de diamantes na zona de Kimberley, em 1867, a África do Sul era uma amálgama de pequenas colónias inglesas estabelecidas junto à costa e de duas pequenas e modestas repúblicas bôeres no interior, por sua vez encaixadas no meio de pequenos reinos ou chefaturas africanas, mais ou menos esparsas. Foi a descoberta dos diamantes e, depois, da corrida ao ouro na zona do Witwatersrand, que deu origem à moderna África do Sul e a todo o rol de problemas de convívio de povos e grupos de diversas origens sociais que daí resultou. Aquelas descobertas mineiras, para além de virem perturbar equilíbrios mais ou menos estáveis entre africânderes de origem holandesa¹⁹⁹ nas duas pequenas repúblicas bôeres, africanos nativos de diversas etnias e ingleses nas províncias ou colónias do Cabo e do Natal, deram origem a grandes corridas aos diamantes e, depois, ao ouro por imigrantes

¹⁹⁹ Lembre-se a anterior chegada de imigrantes huguenotes franceses, em finais do século xvii, na sequência da revogação do Édito de Nantes, que se estabeleceram em Franschhoek. Foram completamente integrados na sociedade africânder em gestação, restando hoje quase só a tradição vinhateira e os nomes de família.

vindos principalmente das Ilhas Britânicas. Essa chegada de imigrantes em busca de fortuna, tornou rapidamente evidente a necessidade urgente de mão-de-obra disponível para efectuar grande parte do trabalho mineiro. Uma vez resolvido o problema da revolta dos africânderes (perturbados na sua anterior relativa paz) face aos problemas levantados com a chegada dos *uitlanders*, a questão que então se colocava, da perspectiva do 'poder imperial', era a da disponibilidade de mão-de-obra em quantidade suficiente para as actividades mineiras e correlacionadas, ou de suporte, assim como a sua administração de uma forma integrada, estruturada e regular.

Olhando à distância, percebe-se então claramente que o Tratado de Vereeniging traduzia uma decisão britânica de endossar aos 'brancos nativos' (os bôeres) o encargo de administrar todo o vasto território e os seus habitantes, que o capitalismo industrial britânico, ainda em expansão, se propunha explorar. Foi por essa razão que os africânderes, apesar de derrotados, receberam tratamento de 'vencidos com honra' e foram colocados em pé de igualdade com os colonos de origem britânica e indemnizados por perdas e danos infligidos pelas tropas vencedoras²⁰⁰. Também assim se forjou, então, entre Jan Smuts e Cecil Rhodes, uma *entente* em que o dirigente e general africânder vencido na guerra, passou a ser visto e a actuar como um empenhado defensor e porta-voz dos interesses do Império Britânico.

7.4.2 A encenação política

Na grande encenação então posta em marcha, o papel reservado às populações negras era, muito simplesmente, o de reserva de mão-de-obra não qualificada, a ser utilizada de forma extensiva e intensiva e sob a supervisão de trabalhadores europeus supostamente mais qualificados. Dada a natureza das coisas humanas, parece ser sempre necessária uma certa dose de justificação moral para aquilo que se faz relativamente a outros seres humanos. Assim, a brutal exploração do trabalho africano nos campos diamantíferos de Kimberley e, mais tarde, nas minas de ouro do Transvaal, foi desde logo apresentada como tendo também a finalidade de trazer os benefícios da 'civilização ocidental' aos povos africanos em geral e aos trabalhadores em particular. Como nos diz Anthony Trollope, um observador contemporâneo do trabalho nas minas de diamantes de Kimberley, referindo-se aos trabalhadores africanos:

Não há dúvida que são uns ladrões – quer dizer que roubam diamantes embora não muitas vezes outras coisas. Não são cristãos. Ainda não se preocupam muito com o que vestem. Não vão à escola. Mas são arrumados. Chegam ao

200 Em contraste flagrante com a prática comum relativamente aos vencidos. Veja-se o exemplo do fim da Primeira Guerra Mundial e das indemnizações e penalizações financeiras impostas à Alemanha (Magubane, 1981).

trabalho às seis da manhã e vão-se embora à seis da tarde. Têm uma hora no meio do dia e sabem que têm que trabalhar no resto do tempo. Tomam regularmente as suas refeições e, o que é melhor de tudo, vão aprendendo a gastar o seu dinheiro em vez de o levar de volta para os seus Chefes (Trollope, 1978).

Por outras palavras, e para usar a linguagem hoje mais comum, a exploração do trabalho africano nas minas era paulatinamente apresentada como tendo a vantagem civilizacional de corroer os sistemas tradicionais e fazer avançar o capitalismo. O mesmo Trollope, afirmando uma suposta superioridade do trabalho industrial e do sistema do salariato sobre a relativa lentidão da filantropia ou da evangelização religiosa, em ‘civilizar’ as populações ‘selvagens’, diz-nos na mesma obra que:

O garimpeiro de diamantes está determinado em os contratar [aos africanos]. Porque disso depende a possibilidade de fazer a sua fortuna; e o próprio cafre está determinado em vir até Kimberley pois que já tomou o gosto à sensação de ter 10 xelins por semana regularmente pagos na sua mão, cada sábado à noite.

Já então Trollope antecipava a grande expansão do emprego de mão-de-obra africana em diversas actividades mineiras. À data em que escreve (1878) refere já minas de cobre na Namaqualândia (região costeira a noroeste da Cidade do Cabo) e minas de chumbo no Transvaal. É interessante e significativo que este autor refira a existência de campos de ouro na região do Transvaal e, sobretudo (e é isso que é aqui importante²⁰¹), as *overwhelming* (enormes) dificuldades em fazer a sua exploração.

Temos também e ainda a considerar os relativamente reduzidos fluxos migratórios, com origem nas Ilhas Britânicas, e a escassez da quantidade de população local, disponível para preencher as necessidades de mão-de-obra para a efectiva exploração das novas oportunidades. Com a descoberta dos diamantes, e sobretudo dos campos auríferos do Transvaal, essas necessidades de mão-de-obra adicional tornaram-se prementes aos olhos das elites dirigentes. Devemos aqui ter em conta que, em termos de destino de emigração, a África do Sul se apresentava, aos potenciais emigrantes britânicos, como o menos atractivo dos destinos, quando comparado com a América do Norte, a Austrália ou a Nova Zelândia. A mitologia e a realidade dos perigos de África (o problema do clima e das doenças), juntamente com a resistência pertinaz dos povos africanos, passando pela rivalidade e resistência dos africânderes, tudo se conjugava para que, quando comparados com os fluxos para destinos

201 Designadamente no contexto das teses de sobreexploração da mão-de-obra africana.

alternativos, não fossem muito significativos os fluxos migratórios com destino à África do Sul. Face à escassez relativa de migrantes europeus, tornava-se necessário considerar o aproveitamento da mão-de-obra localmente disponível. Compreende-se, assim, com maior clareza a forma relativamente benigna como os bôeres foram considerados, nos termos do Tratado de Vereeniging, no fim da guerra, apesar de terem sido derrotados.

Entretanto, quando se faz a comparação entre os percursos históricos de países de colonização britânica, como os Estados Unidos da América, o Canadá, a Austrália ou a Nova Zelândia e, ainda e sobretudo, a África do Sul, uma questão que se levanta à investigação em ciências sociais é explicar os diversos destinos das respectivas populações indígenas. No caso da África do Sul, segundo Bernard Magubane (1981), a questão crucial que se coloca é de explicar por que razão os negros sul-africanos não sofreram o mesmo destino de uma quase exterminação, ou de exclusão minoritária, dos aborígenes australianos ou dos chamados índios norte-americanos.

Quando se faz a análise histórica da situação da África do Sul, verifica-se que a sua condição social e económica actual é directamente determinada pelo movimento de expansão ultramarina europeia originado no período pós-feudal. Nesse contexto, e à semelhança de países como o Brasil, o Canadá ou os Estados Unidos, a África do Sul faz parte daquilo que, de uma forma um tanto ou quanto literária, se designa por Novo Mundo, não deixando, apesar de tudo, de ser e permanecer um país africano. Se por um lado faz parte do 'primeiro mundo', por outro lado (e sobretudo pela sua condição de país africano) faz também parte do chamado Terceiro Mundo. Enquanto nos países de colonização europeia no continente americano e Austrália, particularmente no caso dos países de colonização britânica, os povos indígenas foram praticamente reduzidos a curiosidades etnológicas, no caso da África do Sul, os povos indígenas não só sobreviveram como nação²⁰² ao processo, longo de séculos, de colonização europeia, como vieram mesmo a transformar-se no núcleo central e determinante de uma nova 'nação arco-íris' em construção.

A questão que se coloca aos cientistas sociais que de diversas perspectivas se debruçam sobre estes temas, é tentar compreender os «comos» e os «porquês» da especificidade sul-africana. Por outras palavras, como compreender e explicar que, embora durante décadas os colonos de origem europeia tenham afirmado a África do Sul como um país 'branco', ele não tenha nunca deixado de ser um país 'africano' de maioria esmagadoramente 'negra'. Ainda antes da Segunda Guerra dos Bôeres, um outro observador e participante da realidade sul-africana, Alexander Wilmot (1895), político da Cidade do Cabo e membro

202 Ou conjunto de nações, como preferem, provavelmente, os antropólogos.

da Real Sociedade de Geografia, assinalava e sublinhava a necessária solidariedade entre os dois principais grupos de sul-africanos de origem europeia, bem como, e sobretudo, a importância e necessidade de explorar a mão-de-obra africana. Nas suas palavras, a existência da raça negra representava um enorme benefício para a exploração proveitosa dos recursos naturais existentes, conhecidos ou suspeitados. Segundo essa lógica, a mão-de-obra africana poderia constituir uma reserva abundante e barata para o trabalho em explorações agrícolas e em explorações mineiras. Estas observações são inteiramente relevantes para as teses deste livro, se tivermos em conta o contraste já assinalado entre o destino sofrido pelas populações indígenas de países de colonização britânica, como os Estados Unidos, o Canadá ou a Austrália, por um lado e o que aconteceu na África do Sul, por outro. De facto, na altura em que Trollope e Wilmot fazem estas reflexões, discutia-se nos círculos políticos oficiais da Cidade do Cabo, qual a melhor política a seguir relativamente aos povos nativos. Uma das opções que então se colocava, e que era paulatinamente discutida, era a da extinção das populações, por eliminação física. Ou seja, o genocídio.

Cecil Rhodes, por razões de pura vantagem económica, era contra e, ao discutir no Parlamento do Cabo, na sua qualidade de primeiro-ministro e ministro dos Assuntos Nativos, a chamada Lei de Glen Grey²⁰³, afirmou-se a favor daquilo que também já foi chamado de «lei de ferro dos salários e do trabalho», dizendo que «aqueles que simpatizam com os Nativos têm que os tornar dignos do seu país, e levá-los a aprender os ofícios da civilização» (Hepple, 1966, p. 197). Acrescentou que o problema político no tratamento a adoptar, na questão dos nativos, era simples: ou eram considerados e aceites como cidadãos em pé de igualdade, ou eram considerados como uma raça subordinada. Perante a necessidade de uma opção, o posicionamento de Cecil Rhodes foi inequívoco: os nativos deveriam ser tratados como crianças inferiores, negando-se-lhes a cidadania. Teria que haver uma legislação específica para os nativos, adoptando-se um regime de despotismo, mais ou menos benigno (Stavrianos, 1981).

O Partido Nacional africânder, que governou o país desde 1948 até ao fim do regime de *apartheid* (mas em sequência explícita de práticas, políticas e bases ideológicas anteriores), procurou lidar com este problema de duas maneiras complementares entre si: por um lado 'fabricando' uma história do passado e uma versão do presente que se procurou impor *urbi et orbi*, desde as salas de aulas dos recônditos mais afastados do *veld* sul-africano, até aos mais cosmo-

203 Para alguns estudiosos, esta lei é um importante enquadramento jurídico predecessor de todo o aparelho jurídico-administrativo do regime de *apartheid* (Bouch, 1993). Basicamente, esta lei impunha e regulamentava a propriedade individual das terras nos Territórios do Transkei. Da propriedade individual resultava naturalmente o aparecimento de milhares de camponeses sem terra. Juntamente com o «imposto de palhota» (previsto na mesma lei), o resultado era 'empurrar' esses camponeses sem terra para o, então emergente, mercado de trabalho nas minas.

politas aéropagos da opinião pública internacional; por outro lado, procurando 'reconstituir' essa história e consolidar a ideia da viabilidade política, económica e social dos chamados «bantustões», herdeiros naturais das reservas criadas ainda no tempo do poder colonial britânico²⁰⁴. Nesta segunda vertente de actuação, os governos do Partido Nacional procuraram sempre 'deslocar' as populações negras 'em excesso' nas zonas de brancos, alegadamente para 'regresso' a supostas 'terras de origem'.

7.5 As origens económicas da discriminação racial – ou do controle do mercado de trabalho às leis do passe e *Job Reservation*'Acts, ou ainda a estória mal contada das origens do apartheid

Desde muito cedo que os negros da África do Sul se envolveram activamente na nova economia industrial em desenvolvimento, com a descoberta dos campos diamantíferos na zona de Kimberley. No princípio dos anos 70 do século XIX, milhares de negros convergiram para aquela que é considerada, em termos históricos, a primeira cidade industrial da África do Sul. Alguns deles, para procurar obter licenças de busca de diamantes, mas a maioria para simplesmente trabalhar nas minas e obter o dinheiro necessário para refazer as suas manadas de gado²⁰⁵, parcialmente destruídas, quer por epidemias, quer pela seca, quer ainda por periódicas razias efectuadas pelos bôeres. Migraram, então, para Kimberley, para trabalhar nas minas, cerca de 50.000 negros por ano. Iam, normalmente, por períodos de dois a três meses²⁰⁶, regressando depois às suas aldeias com algumas armas compradas nos novos mercados urbanos, com algum gado e com dinheiro. Muitos preferiam estabelecer-se nas zonas de mineração e dedicavam-se a algumas actividades agrícolas para fornecimento ao pessoal das minas, beneficiando dos preços dos produtos agrícolas, mais ou menos inflacionados por causa da procura assim acrescentada.

Com base nesse emergente mercado urbano, criava-se uma relativamente florescente classe de camponeses comerciais. Este processo de mercantilização da agricultura alargou-se aos camponeses do vizinho Protectorado da Basutolândia (hoje o Lesoto), bem como às regiões mais próximas nas Colónias do

204 Em rigor, a criação das «reservas» de terras destinadas a ocupação exclusiva pelos africanos negros data de 1913, altura em que já estava institucionalizada a União da África do Sul, com governo próprio no seio da Comunidade Britânica. Assinale-se, em todo o caso, que tal corresponde à prática colonial britânica nos seus territórios de colonização europeia.

205 Pouco tempo antes, a zona mais ao sul do continente tinha sido atingida por uma epidemia de febre bovina oriunda da África Oriental, que fizera uma autêntica razia entre as manadas de gado.

206 Esta prática de trabalho temporário deu origem à ficção de que a oferta de mão-de-obra nativa se efectuava segundo uma curva de oferta de inclinação negativa. Quer dizer: quanto mais se pagasse por unidade tempo, menor seria a oferta de mão-de-obra, na medida em que os nativos teriam como objectivo, não o 'ganhar dinheiro', mas simplesmente 'ganhar o suficiente' para satisfazer certas necessidades.

Cabo e do Natal, sendo que a área de comercialização dos excedentes agrícolas se alargou mesmo às cidades costeiras de Port Elizabeth, East London ou Durban. Por outro lado, o crescimento de Kimberley e de outras pequenas cidades mineiras no interior proporcionou oportunidades de trabalho para artesãos *coloureds*, assim como para indianos oriundos da Colónia do Natal, onde entretanto teriam concluído os seus contratos de trabalho a prazo, nas plantações de açúcar, e que tendiam a estabelecer-se como comerciantes de retalho (Hepple, 1966).

Como é natural e decorre da lógica ou racionalidade mercantil, os proprietários das explorações mineiras, no entanto, de modo a poderem maximizar os seus lucros, procuravam também reduzir o poder de negociação dos trabalhadores negros, de quem dependiam para se poder efectivar a exploração mineira. É assim que, em 1872, os proprietários brancos de Kimberley convenceram as autoridades coloniais britânicas a introduzir uma «lei de passe». Esta lei, base e fundamento da lei de passe dos governos da República ao longo de quase todo o século xx, requeria que todos os ‘serventes’ tivessem que possuir um passe em que se declarava se os seus titulares estavam ou não autorizados a trabalhar na cidade, se tinham ou não completado as suas obrigações contratuais e se podiam ou não sair da cidade. O objectivo desta lei, redigida em termos neutros no que diz respeito à raça, etnia ou cor da pele, mas na prática apenas aplicada aos negros, era muito simplesmente o de restringir os movimentos dos trabalhadores migrantes²⁰⁷. Acontecia que, antes, estes trabalhadores migrantes mudavam constantemente de local de trabalho, mesmo dentro dos campos diamantíferos de Kimberley, numa busca, geralmente bem sucedida, de melhores remunerações. A esta lei do passe sucederam-se outras restrições e normas, entre as quais o estabelecimento de tribunais especiais que podiam processar, com a máxima rapidez, o julgamento de transgressões à lei do passe, lançando assim as bases para a futura segregação no sistema judicial sul-africano. Uma outra restrição foi a criação de zonas reservadas para habitação africana, onde eram obrigados a viver os negros urbanizados, lançando as bases para as futuras práticas de segregação residencial. Por fim, em 1886, foi adoptada a criação de bairros fechados (*compounds*), cercados e guardados, onde eram obrigados a permanecer os trabalhadores africanos das minas, durante todo o tempo dos seus contratos de trabalho. A institucionalização destas leis e restrições marca uma viragem sem precedentes na praxis legal britânica. Até aí, a tradição e a prática comum das leis britânicas eram, em toda a parte, o tratamento de todas as pessoas de forma igual perante a lei.

207 Segundo Alf Stadler (1987), os antecedentes desta lei recuam a 1760, data em que foram instituídas as primeiras regulamentações para controlar os movimentos de nativos nas terras já ocupadas por colonos.

É assim, e apenas para resolver um problema de natureza sindical e económica, designadamente a maior ou menor capacidade de negociação por parte dos proprietários de minas face à mobilidade sem controle dos trabalhadores, que as autoridades coloniais britânicas acabaram por institucionalizar uma situação, na qual a discriminação racial veio a ser inserida na ordem social e económica, não por causa de eventuais animosidades raciais, com origem em contactos iniciais particularmente hostis, mas sim para dar satisfação à exigência, da parte dos proprietários das minas, de mão-de-obra mais barata.

De acordo com as teses de Bernard Magubane (1981), não faz sentido separar o racismo, enquanto atitude sociocultural de afirmação e separação, da exploração económica e da degradação social, enquanto instrumento de inferiorização do outro. É também assim que se explica melhor (pelo menos em parte), o facto de as guerras do século XIX contra os negros no território da África do Sul, não terem sido levadas a uma consequência final, semelhante às consequências das guerras do mesmo tipo nos outros territórios de colonização britânica. Como nos diz Alan Cairns (1965, p. 238),

Ao contrário do que sucedera com os Índios Americanos ou os Aborígenes Australianos, esperava-se dos Africanos que viessem a desempenhar um papel permanente no futuro desenvolvimento económico. Por conseguinte, não tinham utilidade as teorias que justificassem o seu extermínio e, por consequência, não foram aplicadas. Na sua essência, o uso de teorias evolucionistas parou no ponto em que a sua aplicação se podia tornar prejudicial aos interesses Europeus.

A posição que os africanos de cor vieram assim a ocupar na África do Sul, ao longo de décadas, ilustra bem a tensão dialéctica entre, por um lado, uma lógica de colonização territorial e eventual extermínio dos nativos e, por outro lado, a necessidade de uma força-de-trabalho disponível para seu eventual aproveitamento. Por outras palavras, no tratamento social e político dos africanos, enquanto povo subjugado, não havia propriamente uma especial intenção malévola, originada em inatos preconceitos racistas que constituíssem uma característica cultural intrínseca dos povos britânicos ou germânicos. A redução dos povos africanos à condição de povo subordinado, fornecedor apenas de mão-de-obra, tão dócil e flexível quanto o necessário, para uma bem ordenada gestão das operações mineiras, deve-se sobretudo à visão estratégica de Cecil Rhodes e do grupo de personalidades que girava à sua volta. Uma dessas personalidades, Alfred Milner²⁰⁸, alto-comissário para a África do Sul e governador das Colónias do Transvaal e do Cabo entre 1897 e 1905, afirmava muito

208 Mais tarde, Lord Milner e membro do governo de Lloyd George com as pastas da Guerra e das Colónias.

clara e explicitamente que não queria ver na África do Sul qualquer coisa que se parecesse com um proletariado branco. No meio de uma população negra em número substancialmente maior, a posição dos brancos teria que ser tal que, mesmo os mais pobres dos brancos, deveriam ter a possibilidade de manter um nível de vida muito acima das camadas mais pobres dos países 'puramente brancos'. Como resultado lógico e perverso deste objectivo estratégico, e dada a urgência política imposta pela exploração dos diamantes e do ouro, a população africana negra viu-se reduzida à condição de proletariado na mais profunda e radical significação deste termo. Ou seja, conjunto ou classe social meramente fornecedora e reprodutora de força-de-trabalho não qualificado: mão-de-obra, no sentido mais restrito desta expressão. A este respeito importa salientar que se faz esta asserção, mesmo tendo em linha de conta o contrato implícito no conceito de «salário social». Tal conceito pressupõe que o salário, monetário ou em espécie (refeições e alojamento), pago aos trabalhadores das minas, exclui do seu montante uma fracção ou componente destinada (em princípio) ao pagamento da subsistência do agregado familiar, portanto, da reprodução fisiológica, geracional, da força-de-trabalho. Por outras palavras, as empresas mineiras partiam do princípio que o custo da reprodução da força-de-trabalho estava a cargo das famílias dos próprios trabalhadores ou destes durante os períodos de tempo em que se ausentavam para as suas terras de origem (Hart, 2002; Gutkind, Cohen & Copans, 1978).

Considerando agora as relações entre ingleses e africânderes com a população africana de cor, em pano de fundo²⁰⁹, temos uma situação que, vista à distância e fazendo a compressão do tempo histórico decorrido entre 1850 e 1990, não deixa de ser algo diferente da versão 'politicamente correcta' e com curso normal em muitos circuitos políticos, empresariais e dos *media*, ao longo das últimas décadas antes do fim do regime de *apartheid*. Assim temos, de um lado, e no interior do território a que se veio chamar África do Sul, duas pequenas repúblicas bôeres coexistindo em relativa paz²¹⁰ com pequenos reinos e chefaturas africanas. Perspectivam-se estas duas pequenas repúblicas bôeres vivendo em relativa autarcia e sobrevivendo graças ao seu trabalho na pastorícia e agricultura, com recurso regular, mas não sistemático, a mão-de-obra africana, contratada ao sabor das circunstâncias e necessidades. Como já foi referido, a motivação inicial destes africânderes era a de *voortrekkers* que procuravam a distância em relação à presença 'asfixiante' do Império Britânico.

209 Devemos ter presente que esta «população africana de cor» constitui um agregado heterogêneo, cujas diferenças, de raízes e percursos, não cabe discutir neste ponto.

210 Atendendo às animosidades recíprocas resultantes de disputas territoriais, nesta afirmação sublinha-se o termo «relativa». Em todo o caso, os conflitos que ocorreram não se comparam com as duas guerras entre britânicos e bôeres.

Pode-se certamente dizer que a coexistência entre africânderes e os reinos e chefaturas africanas nativas era, até à descoberta dos diamantes, de molde a configurar uma situação que se poderia designar como um *apartheid* antecipado, mas sem o governo da minoria branca relativamente à maioria negra. Simplesmente isso, *apartheid*, coexistência ou ‘desenvolvimento separado’. Mesmo sem entrar em campos de ficção histórica, claro que nada garante que a expansão daquelas repúblicas bôeres não conduzisse também à tentativa de conquista e anexação dos territórios vizinhos, habitados por povos nativos africanos. Em todo o caso, permanece o facto incontestável de que essa anexação foi precipitada e executada pela força das armas do Império Britânico. Não por força das armas das repúblicas bôeres, elas mesmas anexadas e forçadas a integrar, juntamente com as colónias do Cabo e do Natal, a futura União Sul-Africana, Domínio do Império Britânico.

Depois da delegação de poderes, pelas das autoridades britânicas aos dirigentes africânderes vencidos, efectuada através do Tratado de Vereeniging, assistiu-se a uma como que inversão de posicionamentos políticos, em que os herdeiros culturais, sociais e económicos de Cecil Rhodes, passaram a condenar a política de *apartheid* e a reclamar, ou pelo menos a encorajar, a evolução para uma situação de plena cidadania por parte dos habitantes não brancos, beneficiando de um não despreciando capital de simpatia política. Entretanto, os dirigentes africânderes viram-se relegados para o papel em que, em nome da sua própria afirmação identitária nacional, procuraram a todo o custo promover uma condenada política de desenvolvimento separado.

Vista à distância, a transformação social e económica, assim como a transformação na composição específica da comunidade africânder, ocorrida ao longo do século xx, parece razoavelmente simples. Com a progressão técnica entretanto verificada, houve como que um deslocamento para cima, numa escala hierárquica tecnológica das actividades económicas, em geral, e das actividades mineiras, em particular, no sentido de um aumento da composição orgânica do capital²¹¹. Esse aumento exige por sua vez um progressivo aumento de actividades de maior valor acrescentado e de maiores exigências em termos de formação técnica dos trabalhadores.

À medida que, ao longo da segunda metade do século xx, se começou a sentir cada vez mais pressão económica no sentido de reduzir os custos por unidade de produção, na África do Sul o sistema de *job reservation*²¹² (um dos

211 A composição orgânica do capital corresponde à relação entre o chamado «capital constante» (máquinas, ferramentas, estruturas físicas e materiais, matérias-primas e auxiliares) e o trabalho humano, ou «capital variável» aplicado na sua transformação. Corresponde, grosso modo, ao conceito de «intensificação capitalística», dizendo-se que uma exploração mineira de profundidade tende a ter uma maior composição orgânica do capital (é mais «capital intensiva») do que, digamos, uma cadeia de restaurantes.

212 Conjunto de leis elaboradas com o objectivo de reservar determinadas actividades a determinados grupos raciais, muito em particular a Cláusula 77 do Industrial Conciliation Act de 1956 (Horwitz, 1967).

pilares económicos do regime de *apartheid*) impedia a fluidez e ascensão vertical da mão-de-obra africana, também no sentido de uma maior qualificação profissional e, naturalmente, um maior reconhecimento social e económico²¹³. Temos assim encontrada uma razão pela qual as mesmas classes sociais que, em finais do século XIX, rejeitavam a ideia de um proletariado branco na África do Sul (e acabaram por impor a ideia de um regime de *apartheid*), se apresentaram como paladinos da causa do fim de *apartheid* e da consequente promoção social e económica dos 'povos nativos'.

Que não se veja aqui qualquer espécie de justificação ou esboço de simpatia pelo posicionamento histórico e político dos bôeres, mas simplesmente a busca do entendimento do 'com' e do 'porquê' das coisas. Em todo o caso, o simples facto de as repúblicas bôeres²¹⁴ viverem em relativo isolamento e autarcia, juntamente com a mundivisão proposta pela corrente calvinista adoptada pelos bôeres²¹⁵, tenderia sempre a fomentar sentimentos de xenofobia relativamente à alteridade dos povos ou grupos sociais com que entrassem em contacto. A atitude prevalecente, relativamente aos africanos, foi assim, quase sempre, de suspeição e antagonismo. Por outro lado, durante a Segunda Guerra dos Bôeres, e apesar de ambas as partes em contenda afirmarem sempre que esta era uma 'guerra de brancos', são conhecidos os casos de utilização extensiva e colaboração no esforço de guerra, por parte dos 'negros' e dos *coloureds*. Sucede também que essa extensiva colaboração foi sempre mais expressiva do lado dos britânicos. A opção era justificada pela tradição de franquia política ou reconhecimento de cidadania relativamente a *coloureds* e negros africanos, educados ou assimilados e proprietários, na Colónia britânica do Cabo.

Também a prática social, política e económica iniciada em Kimberley sob o domínio britânico²¹⁶ foi depois assumida com a convicção profunda de uma ideologia para-religiosa, pelo Partido Nacional dos anos 30. Assim, no Congresso da União do Partido Nacional, em 1938, o programa adoptado por este partido previa, desde logo, a instituição de diferentes organizações representativas dos trabalhadores (brancos e negros, separadamente), áreas distintas de trabalho (nos próprios locais de trabalho, sublinhe-se), assim como uma demarcação de distintas áreas residenciais para 'brancos' e para 'não brancos' (Bunting, 1969). Eram também apresentadas medidas no sentido de separar

213 Na sua origem, a separação entre ocupações profissionais qualificadas, exclusivamente ocupadas por imigrantes europeus, e ocupação laboral não qualificada, exclusivamente ocupada por trabalhadores africanos, começou por obedecer aos estritos princípios do mercado e aplicável produtividade marginal, assim como às condicionantes geológicas dos campos auríferos (Horwitz, 1967, p. 168).

214 Quer o Oranje Vrij Staat, quer a Suid Africa Republiek ou Transvaal.

215 Na África do Sul, o calvinismo ficou isolado relativamente às correntes do Iluminismo na Europa, propiciando a emergência de uma variante, o calvinismo africânder. Os bôeres, em particular, vieram a acreditar serem o povo escolhido por Deus para cristianizar os povos africanos (Hexham, 1981).

216 Kimberley situa-se no que era, então, o território de Griqualand West, sob administração britânica. Convém relembra que Kimberley foi a primeira cidade mineira da África do Sul e onde se iniciou a prática dos compounds para os trabalhadores africanos e se aplicou uma primeira lei do pass.

a título definitivo a representação parlamentar dos *coloureds* do Cabo (historicamente registados como eleitores de pleno direito), o alargamento da Lei da Imoralidade de 1927 a todos os grupos raciais, assim como a proibição de casamentos mistos. E, no entanto, falando em Janeiro de 1942, perante uma assistência do Instituto para as Relações Raciais, reunido no auditório da Câmara Municipal da Cidade do Cabo, o general Jan Smuts, dirigente do Partido Unido, declarava com toda a clareza que a tradicional política de segregação racial tinha sido um falhanço. Considerava Smuts que a ideia de alguém dizer que a população da África do Sul era de dois milhões (então o total dos cidadãos brancos), era simplesmente absurda. A população da África do Sul era de 10.000.000 e que, para mais, eram os nativos que «levavam o resto do país às costas». No mesmo ano, o então ministro dos Negócios Nativos, Denys Reitz, propôs o reconhecimento oficial dos sindicatos negros e o ministro das Finanças, J.H. Hofmeyer, declarou que brancos e pretos teriam que aprender a viver lado a lado como cidadãos de uma pátria comum. Em todo o caso e voltando ainda à questão de culpabilizar (ou não) os africânderes e inocentar (ou não) os ingleses da África do Sul pelas origens do sistema de *apartheid*, nas palavras de Joe Slovo, secretário-geral do Partido Comunista de África do Sul e membro do Conselho Nacional Executivo do ANC, até à data da sua morte em 6 de Janeiro de 1994,

‘Malhar’ nos africânderes é um passatempo popular entre certos liberais ingleses, e isso irrita-me. Resulta de uma combinação de jingoísmo²¹⁷ inglês e o culpar os africânderes disso tudo é uma tentativa de evasão de uma culpa colectiva dos brancos, relativamente à nossa herança racista. Cria também uma cortina de fumo escondendo as verdadeiras raízes do racismo, ao atribuir o papel principal ao factor étnico em vez de à exploração económica. A ‘conversa mole’ de descartar responsabilidades e culpar os bôeres por tudo é, na melhor das hipóteses, a-histórico e, na pior das hipóteses, uma forma de racismo. Se um qualquer grupo tem que ser culpabilizado pelas modernas origens do *apartheid*, é o estrato social mais elevado, não africânder, que dominou as cadeiras do poder durante mais de 75 anos antes de 1948. Não estou a argumentar em favor de «uma bala para cada senhor do Rand», mas temos que acertar a nossa História. (South African Communist Party, 2004).

Em conclusão, para os seus apologistas no seio da comunidade africânder (e inglesa...), o regime de *apartheid* era naturalmente necessário para garantir a sobrevivência da ‘nação’ africânder e da ‘civilização branca’. Para esses apologistas, a África do Sul não era qualitativamente muito diferente do Canadá ou

217 Versão inglesa do chauvinismo francês...

da Austrália. Por outro lado, o regime de *apartheid* era também apresentado como necessário e fundamental para a sobrevivência das 'culturas indígenas' (e nisso a África do Sul era ainda 'mais progressista' do que os EUA, o Canadá ou a Austrália). O regime de *apartheid* não tinha, assim, nada a ver com a bem organizada exploração de uma mão-de-obra não qualificada e, por força das circunstâncias, necessariamente submissa e mais ou menos passiva. Na lógica dialéctica e dinâmica utópica de desenvolvimento do regime de *apartheid*, o racismo inerente a um tal regime acabaria por ser simplesmente eliminado, quando todos os grupos raciais tivessem alcançado a paridade no seu desenvolvimento social, político e económico. (Stadler, 1987).

7.6 Agitação, contestação e resistência – os activistas europeus e a resistência africana

7.6.1 Activismo sindical de origem europeia

Neste livro defende-se a tese de que o actual processo da globalização, em particular a já referida explosão verificada no campo das tecnologias da informação e comunicação e concomitante financeirização do sistema, assim como a implosão da URSS e fim do sistema do chamado «socialismo real», vieram a constituir, na África do Sul, uma oportunidade histórica para que os dirigentes africanos, sob a liderança dos seus membros *verligte*, se decidissem a dismantelar um Estado, que primeiro tinham montado 'com todas as peças', com o objectivo específico, que se tinham historicamente colocado, de alcançar a paridade social e económica com a burguesia capitalista internacional, anteriormente representada na África do Sul pelo chamado «capital inglês».

Perante isto, parece que pouco mais há a dizer relativamente ao comportamento de outros actores sociais envolvidos no desenrolar desse processo histórico. Não é o caso. Penso que, para uma mais adequada e mais detalhada compreensão da globalidade do processo, importa também discutir aquilo que sucede em pano de fundo, designadamente a evolução dos movimentos sociais e políticos que se reclamam da herança marxista, mas não só. Procuo aqui esclarecer as formas como as diferenças de origem étnica e cultural dificultaram ou impossibilitaram, durante décadas, a formação de uma consciência de classe abrangendo todos os diversos grupos de trabalhadores. É assim que considero o caso da África do Sul como sendo também paradigmático de um outro tipo de problemática, qual seja a do problema que tem ocupado alguns analistas da transformação social adentro (e da eventual superação) do sistema capitalista, sendo que essa problemática se traduz pelo cruzamento da chamada «questão nacional» e da perspectiva da chamada «luta de classes».

A problemática da «questão nacional» surge em finais do século XIX e na sequência dos esforços, por parte de diversos movimentos internacionais que se reclamavam da representatividade dos trabalhadores, para formar uma consciência internacional de classe. O problema punha-se também em termos de se decidir qual a primazia: se a de uma luta de classes no âmbito nacional, se o de alianças intraclassistas no plano nacional para «combater o imperialismo».

No caso da África do Sul, é possível identificar três correntes distintas na literatura que aborda o problema da sobreposição da perspectiva da «nação» com a perspectiva de «classe»: o estalinismo, o trotskismo e o sindicalismo revolucionário da tradição bakuninista. Deixo aqui de lado as abordagens de tipo funcionalista, pela simples razão de que, para os cientistas sociais de filiação funcionalista, estes problemas ou são irrelevantes ou são do foro da 'ideologia' e, portanto, a serem tratados como epifenómenos da realidade observável. A abordagem estalinista defende a ideia de que seria possível a «construção do socialismo» num só país. Em consequência, o estalinismo reconhece também a possibilidade da existência de várias e diversificadas vias para a «revolução socialista», dependendo das circunstâncias históricas nacionais de cada país. Já o trotskismo defende de forma radical o carácter internacional da «revolução socialista» e, por consequência, defende também a ideia de que quaisquer «revoluções nacionais» podem, quando muito, dar origem a formas degeneradas de «socialismo» ou «capitalismo de estado». Em todo o caso, quer o estalinismo quer o trotskismo, se reclamam da ideia leninista do partido vanguarda de classe e consideram a Revolução de Outubro como um «avanço histórico», sendo imprescindível, para ambas as facções, a defesa intransigente da União Soviética, enquanto «Estado dos trabalhadores». Lembro que isto teve início em 1917-1922, período durante o qual se verificam, mesmo no Transvaal, vastos movimentos sociais também de contestação ao sistema capitalista²¹⁸. Assim, no que diz respeito à abordagem à situação da África do Sul, as diferenças entre as perspectivas do estalinismo e do trotskismo são relativamente poucas, pelo menos quando em comparação com a perspectiva do chamado «sindicalismo revolucionário». Este era representado por organizações, como a secção sul-africana da IWW ou Industrial Workers of the World, a IndSL ou Industrial Socialist League e a ISL ou International Socialist League.

Assim sendo, para verificarmos a especificidade do caso sul-africano é necessário lembrar as circunstâncias históricas em que aqueles movimentos trabalhistas foram levados a actuar. Por um lado, nos termos da Lei das Minas

218 A especificidade da África do Sul no contexto do ambiente revolucionário que, então, se desenvolveu em todo o mundo, reside no facto de que, uma das principais motivações para a Rebelião do Rand, foi a revolta dos mineiros brancos contra as intenções das companhias mineiras de substituir os mais caros trabalhadores de origem europeia por trabalhadores de origem africana, mais baratos.

e do Trabalho (1911) só aos brancos é que era permitido desempenhar trabalhos qualificados na actividade mineira²¹⁹. Por outro lado, a Lei das Terras Nativas (1913) interditava aos africanos negros o possuírem qualquer terra no território da África do Sul, fora de uma pequena área reservada para o uso exclusivo dos 'indígenas' (cerca de 7,5%, alargada para 13% já nos anos 30).

Em conjunto, estas leis garantiram, desde os primeiros anos da União Sul-Africana, vários aspectos determinantes para a configuração futura da economia política da África do Sul. Primeiro, que os negros africanos eram obrigados a procurar trabalho remunerado junto de agricultores ou empresas de brancos, na medida em que as terras que lhes estavam reservadas não tinham capacidade suficiente para o seu auto-sustento. Segundo, que os trabalhos ou empregos que podiam ocupar eram sempre os mais mal pagos, até por serem os de menor qualificação profissional. Finalmente, que pouco ou nada podiam fazer a esse respeito, uma vez que não eram cidadãos, portanto sem direito a voto.

Entretanto, no contexto do sistema-mundo, o território da África do Sul era, até 1867 (ano da descoberta dos primeiros diamantes na zona de Kimberley), um território periférico e à margem dos principais processos de acumulação e aplicação de capital. No entanto, em consequência da descoberta, primeiro de diamantes e depois de filões de ouro, o território passou a atrair grandes quantidades de capitais em busca de aplicações lucrativas. A partir do momento em que as zonas de Kimberley e do Witwatersrand passaram a estar no mapa das áreas de investimentos mineiros, começaram igualmente a atrair prospectores, técnicos e trabalhadores, mais ou menos qualificados, todos na expectativa de receber melhores, ou muito melhores, condições de remuneração. Em 1886, a cidade de Joanesburgo contava com cerca de 3.000 prospectores. Em 1896, a mesma cidade tinha já 100.000 habitantes de origem europeia e, em 1913, cerca de 213.000 (Van Der Walt, n.d.). De uma grande dispersão de explorações mineiras, em breve se passava a um processo de centralização e concentração da propriedade, concomitante com um processo de investimento em equipamentos mineiros sofisticados, que requeriam a aplicação de substanciais capitais financeiros. Como disse acima, a referida concentração da propriedade de explorações mineiras foi, entretanto, acompanhada por uma centralização no controle e planificação de operações e de defesa mútua de interesses por parte dos proprietários das explorações mineiras, sob a forma da institucionalização de uma Câmara das Minas, constituída em 1887. O aumento progressivo da produção levou a que, em 1898 (um ano antes de começar a Segunda Guerra

219 A designação de miners estava reservada aos trabalhadores brancos. Os trabalhadores africanos negros eram designados por mineworkers.

dos Bôeres), a região de Witwatersrand chegasse a produzir 27% do total da produção mundial de ouro, passando essa percentagem para 40% em 1913²²⁰.

Em paralelo com esta concentração do capital mineiro e centralização da coordenação de operações, assiste-se à anexação imperial das repúblicas bôeres, por parte do poder britânico, e concomitante centralização do poder estatal.

De particular interesse é o carácter colonial das relações de produção que se estabeleceram na indústria mineira. Desde logo pelo facto de a maioria dos trabalhadores das minas serem africanos negros, empurrados, sem apelo nem agravo, para o novel regime de salariado através de medidas coercivas, tais como o chamado «imposto de palhota», impostos de trabalho, restrições ao acesso e à posse de terras, sempre através de leis impostas pelos governos coloniais, com particular ênfase justamente a partir da descoberta de jazidas diamantíferas e filões de ouro. Deve-se ainda acrescentar que, na sua totalidade, estes novos proletários eram homens jovens e em idade casadoira. Só que não tinham direito a residir com as suas famílias, vivendo quase toda a vida laboral útil em *compounds* de acesso restrito e controlado. Partindo do princípio que estes trabalhadores das minas eram homens solteiros, as empresas mineiras podiam arrogar-se o direito de só pagar 'salários de solteiro', na suposição falaciosa de que as famílias, deixadas nas aldeias tradicionais, subsistiam por si mesmas. Ou seja, em rigor, os trabalhadores africanos das minas nem sequer eram vistos como «proletários», até na perspectiva dos clássicos da Economia Política da tradição inglesa²²¹. Como é sabido, era suposto os proletários ganharem «salários de subsistência» para si e para uma família de dimensão social média, justamente de modo a garantir regularmente a renovação da oferta de força-de-trabalho. Assim sendo, as empresas mineiras na África do Sul, desde a sua origem e ao longo de décadas, transferiram para as 'famílias tradicionais', restringidas às áreas rurais, onde se localizavam as supostas «terras de origem» ou as «reservas», o encargo do auto-sustento e da renovação da força-de-trabalho. O que reforça ainda mais a ideia marxista de uma sobreexploração da mão-de-obra menos qualificada, de origem negra africana. Assinale-se de passagem que esta situação era, em todo o caso, comum à de outros países em regime colonial, como aliás referem H. Alan Cairns (1965) e Peter Gutkind, Robin Cohen e Jean Copans (1978). Por outro lado, os salários dos trabalhadores das minas eram mantidos em níveis redu-

220 Números encontrados em Simons (1969) e confirmados por extrapolação de números consultados em <http://goldsheetlinks.com/production2.htm>

221 O salário, monetário e em espécie (refeições e dormida), pago aos trabalhadores africanos das minas não era suposto pagar a reprodução da força-de-trabalho. Para este efeito, fala-se de «salário social» ou social wage, quando o salário efectivo de subsistência e reprodução da força-de-trabalho é garantido pelo salário pago pelas empresas mais uma espécie de 'salário em espécie', obtido a partir da posse de alguma terra que permite a reprodução parcial da força de trabalho disponível para exploração capitalista (Hart, 2002). Esta situação é, aliás, comum à de outros países em situação colonial.

zidos através do monopólio do mercado de trabalho²²² exercido pela Câmara das Minas através das suas afiliadas, a *Native Recruitment Corporation*²²³ e a *Witwatersrand Native Labour Association*²²⁴. Também através de uma multitude de outros mecanismos, como as severas limitações à movimentação de africanos, as famigeradas *pass laws*, as empresas mineiras conseguiram, assim, manter os salários dos trabalhadores das minas a níveis extremamente reduzidos, enquanto, ao mesmo tempo, atraíam para as novas explorações, técnicos mineiros experimentados e artesãos mais ou menos especializados (designadamente carpinteiros, serralheiros e mecânicos) e oriundos de outros países (em especial, de colonização britânica) com tradições de exploração mineira.

Os mecanismos de controle atrás referidos acabavam por impedir, na prática, quaisquer esforços de sindicalização por parte dos trabalhadores africanos, o que contribuía também para manter e reforçar o controle da mão-de-obra braçal, fundamental para manter em níveis rentáveis a exploração dos campos mineiros do Transvaal de fraca, ou mesmo muito fraca, densidade de ouro.

Os dois grandes grupos de actores sociais em presença eram, de um lado, as empresas mineiras fortemente unidas e consolidadas e com sólido apoio estatal, do outro lado, uma massa heterogénea de quadros, técnicos e trabalhadores qualificados e indiferenciados. Este segundo grupo de actores sociais dividia-se em diversos subgrupos. A começar pelos brancos, por sua vez subdivididos em ingleses e africânderes, os ingleses consideravam-se a si mesmos como uma espécie de elite industrial, profissionalmente qualificada e claramente decidida a defender os seus privilégios corporativistas, ao passo que os africânderes se consideravam como espoliados da terra. Apesar de não terem qualificações profissionais adequadas ou exigidas pela nova economia²²⁵, achavam que estavam acima da (para eles) humilhação de ter que fazer 'trabalho de cafres'. Por fim, a grande amálgama de trabalhadores africanos, *coloureds* e asiáticos, de que se destacam, como é natural, os africanos. Se fizermos a agregação, extremamente redutora, de considerar cada um destes grupos como minimamente homogéneos, temos cinco grupos 'étnicos' distintos em presença e do mesmo lado da barreira da «luta de classes»: os ingleses, os africânderes, os negros, os indianos e os *coloureds*.

Assim, os movimentos trabalhistas de carácter revolucionário acima referidos, enfrentavam, na África do Sul dos primeiros anos do século xx, uma situação que era objectivamente muito pouco propícia a quaisquer agitações

222 Situação em que as entidades compradoras, através de conluio ou acordo formal, decidem não fazer concorrência entre si, criando um monopólio de facto do lado da procura de força-de-trabalho.

223 Responsável pelo recrutamento dentro das reservas situadas no interior.

224 Responsável pelo recrutamento nos países vizinhos, em particular Moçambique. Entre 1904 e 1929, o recrutamento na colónia portuguesa chegou a atingir 40% da força-de-trabalho mineiro no Transvaal.

225 Estes africânderes, oriundos de explorações agropastoris em decadência e pouco mais que iletrados, vieram a constituir o problema dos poor whites.

e movimentações de carácter político. Por um lado, como vimos, tinham pela frente um monopsonio no mercado de trabalho constituído por empresas mineiras fortemente organizadas e com o apoio explícito de um Estado forte e centralizado. Por outro lado, uma força-de-trabalho dividida em fracções ou grupos sociais completamente distintos, quer nos seus interesses e motivações, quer na sua cultura.

Em 1913 havia já 195.000 africanos a trabalhar nas empresas mineiras, além de cerca de 37.000 em serviços domésticos e 6.000 em pequenas fábricas, armazéns e oficinas (Yudelman, 1983). Para além destes trabalhadores africanos²²⁶, há também que assinalar a existência de pequenas comunidades de trabalhadores *coloureds* e asiáticos. Por outro lado, no mesmo ano de 1913, havia também a registar a existência de cerca de 38.000 trabalhadores brancos no Witwatersrand, dos quais 22.000 trabalhavam nas minas, 4.500 nos caminhos-de-ferro e os restantes em diversas actividades a montante da actividade mineira (Van Der Walt, n.d.). Dever-se-ia sublinhar aqui este «a montante da actividade mineira», na medida em que praticamente toda a actividade económica da África do Sul era, desde as últimas décadas do século XIX, dependente de, e à volta da, exploração mineira, ao ponto de já se ter dito que, se a Cidade do Cabo é considerada a «cidade-mãe» da África do Sul, esta foi desde cedo «exclusivamente amamentada por Kimberley e Joanesburgo». Cerca de 85% daqueles trabalhadores brancos eram de origem britânica (os famigerados *uitlanders*), muitas vezes chegados à África do Sul oriundos de regiões mineiras noutras partes do mundo e para aqui atraídos pelas perspectivas de emprego com ordenados excepcionalmente elevados. Os ordenados nas explorações mineiras chegavam a ser duas a cinco vezes mais elevados do que em actividades similares, noutras explorações mineiras, noutras regiões do globo (Simons & Simons, 1968)²²⁷. Este é mais um interessante exemplo da globalização *avant la lettre* e da especificidade da África do Sul nesse processo secular, na medida em que grande parte do problema social que veio a resultar do regime de *apartheid*, tem a sua origem na mobilidade geográfica de uma fracção tecnicamente específica do factor trabalho, os quadros técnicos e especializados, facilmente assimiláveis à ideologia de classe das chamadas ‘pequena’ e ‘média burguesia’, em concomitância com a mobilidade do factor capital. Tal como referimos, a origem nacional e cultural desta fracção da classe trabalhadora, e a consciência de classe que tinha de si mesma, deu

226 Assinale-se que os próprios movimentos e organizações representativas dos trabalhadores adoptaram a designação «africanos» referindo-se aos ‘negros’, reservando a designação ‘pretos’, ou blacks para referir a generalidade dos africanos, *coloureds* e asiáticos ou indianos.

227 As condições de trabalho nas explorações mineiras eram extremamente duras. A sílicose e a pneumonia eram causa frequente de morte prematura. A esperança média de vida de um mineiro branco tinha menos cerca de 28 anos do que a de outros homens exercendo outras profissões.

de imediato origem a uma profunda clivagem relativamente à outra fracção da classe trabalhadora presente no terreno. Desde logo havia lugar a uma estratificação social²²⁸ quase que compulsivamente facilitada pela diversidade de origens étnicas. Assinale-se que esta perspectiva de estratificação social era aliás perspectivada assim mesmo e como 'natural', por uma parte dos próprios actores sociais, o que dificultava a percepção alternativa de «classe». No caso dos brancos, a classe trabalhadora encontrava-se dividida entre ingleses organizados em sindicatos de profissão e uma amálgama mais ou menos amorfa de 'brancos pobres', quase que exclusivamente africânderes, de origem rural e sem qualificações profissionais adequadas às novas actividades. No caso destes africânderes, há a acrescentar, quer a estratificação interna à comunidade²²⁹, quer a devastação causada nas suas, por vezes ou quase sempre rudimentares, explorações agropecuárias, pela Segunda Guerra dos Bôeres, quer a animosidade do 'homem comum' africânder em relação aos britânicos, vencedores imperiais da guerra. A situação de discriminação social de que eram alvo por parte dos ingleses, funcionou também como um caldo de cultura onde vieram a brotar e frutificar os sentimentos de afirmação identitária nacional dos bôeres recém-urbanizados.

Mais abaixo na pirâmide social e económica, estavam ainda os trabalhadores das minas de origem africana, muitas vezes oriundos de países vizinhos da África do Sul. Os trabalhadores de origem asiática, assim como os *coloureds* encontravam-se em posições intermédias, quer em termos de condições de trabalho, quer em termos de remunerações. Temos assim uma «classe trabalhadora» profundamente fragmentada por clivagens de origens nacionais e de interesses materiais, induzidos por diversidades de percursos profissionais, face a um poder estruturado e organizado por parte da «classe capitalista».

Anote-se que as empresas mineiras, num esforço permanente de redução de custos de operação, tinham interesse na promoção profissional dos trabalhadores de origem africana (os mais mal pagos), procurando que estes pudessem desempenhar algumas das tarefas tecnicamente menos exigentes, de modo a refrear as pretensões de controle da oferta de mão-de-obra qualificada por parte dos sindicatos profissionais de origem britânica.

Os sindicatos de profissão brancos, ainda que fossem activamente militantes no plano das chamadas «relações industriais», não eram de todo 'revolucionários'. Isso não quer dizer, no entanto, que os dirigentes trabalhistas fossem alheios aos ecos dos movimentos revolucionários na Europa. Em todo

228 Desde a publicação, na *American Sociological Review*, do artigo de Kingsley Davis e Wilbert Moore, *Some Principles of Stratification* (1945), que o conceito de «estratificação social» ficou associado à abordagem funcionalista, constituindo um paradigma alternativo.

229 É de considerar, em particular, a divisão cada vez maior entre os africânderes bôeres, proprietários de terras, e os bywoners ou caseiros sem terras e em número crescente, bem como a diferenciação entre os africânderes bôeres do Transvaal e Estado Livre do Orange e os africânderes Cape Dutch da Colónia do Cabo, comerciantes e praticantes de uma agricultura comercial desenvolvida.

o caso, a repressão por parte das autoridades aplicava-se quer aos trabalhadores africanos quer aos trabalhadores de origem europeia. Os grevistas brancos que organizaram greves gerais em 1913, 1914 e 1922, tiveram que enfrentar a repressão exercida pela intervenção directa, não só das forças policiais, mas também das forças armadas locais e imperiais, para o efeito destacadas para o Witwatersrand. No caso do esmagamento da chamada «rebelião» ou «revolta» do Rand, em 1922, é bom ter presente a proximidade histórica da revolução bolchevique, na Rússia em 1917.

O período entre 1918²³⁰ e 1922 é um período de grande agitação social, também em resultado da depressão que se seguiu ao fim da Primeira Guerra Mundial e que atingiu, se bem que de forma diferenciada, todos os diversos grupos e classes sociais, e os trabalhadores em particular. A oposição ao governo do Partido da África do Sul, de Jan Smuts, estava profundamente dividida. Do lado dos partidos brancos, o Partido Nacional, de James Herzog, confinava a sua actuação à defesa dos africânderes, e em particular dos africânderes pobres, enquanto o Partido Trabalhista, de Frederick Creswell, se limitava à defesa específica dos trabalhadores brancos, em particular os sindicalizados de origem britânica²³¹. Do lado dos movimentos africanos, assinala-se a fundação do SANNC ou *South African Native National Congress*, em 1912, depois de uma assembleia em Bloemfontein (Liebenberg & Spies, 1994)²³². No período entre 1918 e 1922, os activistas negros, do SANNC e de pequenos grupos, como a já referida ISL (International Socialist League), dedicaram-se sobretudo a agitar e lançar campanhas contra as leis do passe, assim como a fomentar a realização de greves para pressionar a obtenção de melhores condições contratuais. A situação, durante os primeiros meses de 1919, foi marcada por greves, manifestações e campanhas contra o passe.

Despachos oficiais emanados do governador-geral, Lord Buxton, para o Ministério das Colónias assim como relatórios do Departamento de Justiça do período do pós-Guerra, estavam cheios de relatos da polícia e seus informadores, alguns sérios, outros triviais, de líderes populistas de quem se dizia que estavam a arrastar apoiantes com uma série de reclamações. Os relatórios mostram também que os comunistas (ou 'bolcheviques', como eram designados) estavam debaixo de apertada vigilância e que os ministros estavam a considerar a introdução de legislação anticomunista. Os mesmos ficheiros do Departamento de Justiça mencionavam também grupos de brancos que se ti-

230 Entre 1914 e 1918, por força das circunstâncias da Primeira Guerra Mundial, deu-se um interregno na situação política interna. As atenções estavam viradas para a guerra, tendo havido voluntários negros a ir combater os alemães na África Oriental (hoje Tanzânia).

231 Esta descrição é, necessariamente, redutora e refere-se aos núcleos centrais dos respectivos eleitorados.

232 Assembleia de negros da classe média reunida em reacção ao cancelamento dos direitos políticos dos negros na recém-formada União da África do Sul, assim como à proposta da nova Lei das Terras Nativas; deu origem ao actual ANC ou Congresso Nacional Africano.

nham oposto à participação da África do Sul na Guerra e que tinham estado a organizar uma revolta que levaria à proclamação de uma República. (Baruch Hirson²³³)

Em Julho de 1921, o presidente do Instituto dos Engenheiros reclamou para as empresas mineiras o direito a despedirem metade dos mineiros brancos e a procederem à sua substituição por trabalhadores africanos, entretanto já qualificados. Segundo as suas contas, o fim da barreira racial²³⁴ permitiria às companhias mineiras poupar, anualmente, mais de 2.000.000 de libras. Por outro lado, a redução dos custos de operação permitiria às companhias mineiras abrir à exploração minas até aí consideradas sem interesse. Em 3 de Janeiro de 1922, a Câmara das Minas anunciou planos para despedir cerca de 2.000 mineiros brancos, correndo rumores de que muitos mais seriam despedidos. A 9 de Janeiro, cerca de 20.000 mineiros brancos entraram em greve. A resolução entre os grevistas era de «luta total pela defesa de uma África do Sul dos trabalhadores brancos» e as negociações foram interrompidas em 27 de Janeiro. Foram formados comandos com carácter insurreccional e o movimento grevista cedo assumiu contornos de rebelião armada em todo o Transvaal. Tal facto, causou naturalmente um profundo impacto na população de toda a África do Sul, levando ao aparecimento de títulos nos jornais falando de coisas como «bolchevismo», «a última e desesperada tentativa de Lenine», «uma revolução organizada». A Revolta do Rand, como também veio a ser chamada, acabou por ser esmagada com a intervenção das forças armadas, incluindo o uso de aviação militar.

A concluir esta referência ao activismo sindical de origem europeia, falta apenas acrescentar que, em consequência da repressão violenta exercida pelo governo de Jan Smuts sobre os revoltosos do Rand, em 1922, tornou-se viável uma aliança de interesses entre os trabalhistas britânicos e os nacionalistas africânderes, que levou a uma vitória eleitoral logo em 1924. Dessa aliança resultou o chamado Governo do Pacto²³⁵. As políticas posteriormente prosseguidas pelos sucessivos governos sul-africanos foram sempre de molde a apaziguar tendências de militância sindical por parte dos trabalhadores brancos. Por isso, a partir de então, importa sobretudo considerar a actuação dos trabalhadores africanos.

233 Texto disponível em <http://www.revolutionary-history.co.uk/supplem/Hirson/1922.html>

234 Conjunto de regras institucionalizadas que estabeleciam limites estritos às profissões e posições hierárquicas que podiam ser desempenhadas e ocupadas por brancos e negros.

235 Governo de coligação, baseado na comum hostilidade ao grande capital mineiro. Era liderado por James Barry Herzog, pelos nacionalistas africânderes, e por Frederick Creswell, pelos trabalhistas de origem britânica.

7.6.2 A incorporação da mão-de-obra africana

A questão que, em seguida, se coloca é identificar ou caracterizar as formas como reagiram os povos africanos negros, quando confrontados com decisões políticas que os afectavam de forma directa e brutal, decisões políticas essas inteiramente tomadas à sua revelia. Mais uma vez se impõe uma breve incursão pela História, desde fins do século XIX e entrando ao longo do século XX.

Penso não ser aqui relevante fazer a resenha histórica das guerras e escaramuças entre os africânderes, *voortrekkers* ou não, e os povos africanos com quem entraram em contacto, ao longo dos séculos XVII, XVIII e grande parte do século XIX. Essas guerras, motivadas quase sempre por questões da ocupação territorial envolvendo práticas agropastoris, sendo interessantes de um ponto de vista de afirmações identitárias ou de defesa de grupo, não têm de todo a mesma especificidade, ou até o mesmo carácter político de conflito de interesses económicos²³⁶, como veio a ser depois o caso aqui em discussão. Por outro lado, e no que diz respeito às guerras entre africânderes e britânicos, podemos considerar que o papel dos africanos foi sobretudo o de observadores interessados do que de intervenientes activos ou aliados militares, de qualquer dos lados em contenda. Em todo o caso justifica-se uma caracterização sucinta das sociedades africanas, por ocasião da sua incorporação no modo de produção colonial na África do Sul.

Segundo Hobart Houghton (1976), o período entre 1870²³⁷ e 1918 foi um período de aumento da população e da sua riqueza, assim como do seu nível de vida. Referia-se, evidentemente, à população de origem europeia, na medida em que, na mesma obra, reconhece que, durante o mesmo período, o nível de vida da população africana sofreu uma degradação relativa. Apenas uma geração antes deste período, tinha-se encerrado o ciclo de migrações forçadas, causadas pelas guerras de Shaka Zulu, as quais tiveram repercussões em grande parte da África Austral²³⁸. Os termos, utilizados ainda hoje pelos povos africanos para caracterizar essa época, *mfecane* (em zulu, «esmagamento») e *difa-cane* (em sotho, «migração forçada»), são a esse respeito bastante elucidativos.

Segundo Colin Bundy (1988), aquela degradação das condições de vida acabou por forçar, alguns africanos, à dependência relativamente à economia colonial, obrigando-os a recorrer ao trabalho assalariado, quer em explorações

²³⁶ Embora se possa argumentar que há sempre interesses económicos subjacentes, no caso trata-se da disputa por terras ainda disponíveis ou por ocupar. A este respeito devemos ter presente as migrações de povos africanos em fuga aos exércitos de Shaka Zulu. No segundo caso, trata-se de concorrência pelo exercício de actividades profissionais ou da luta pelo elemento direito, consensual nos países industriais, de «pagamento igual para trabalho igual».

²³⁷ Data da descoberta dos primeiros diamantes, em Kimberley.

²³⁸ Nelson Mandela (1994), na sua autobiografia, referiu-se aos *Mfengu* como refugiados das guerras de Shaka Zulu, cujo desenraizamento acabou por facilitar o entrosamento na sociedade dos brancos, tornando-os a «most advanced section of the community and furnished our clergymen, policemen, teachers, clerks, and interpreters.»

agrícolas, quer em explorações mineiras, quer em trabalho doméstico ou em actividades comerciais e industriais nascentes.

Entretanto, durante as últimas décadas do século XIX, um número crescente de camponeses africanos tinha adoptado novas culturas e métodos de cultivo, designadamente o uso de bois de tracção. Revelando um espírito comercial e empreendedor, muitos foram os que alargaram a sua produção para abastecimento dos emergentes mercados urbanos. Entretanto, a maioria dos africanos continuava simplesmente a viver em regime de auto-subsistência. Por outro lado, a concorrência dos agricultores comerciais brancos, assim como a discriminação legal de que foram vítimas, cedo levou os agricultores comerciais africanos à estagnação e decadência, vendo-se forçados a engrossar as fileiras dos assalariados agrícolas. O esgotamento progressivo dos solos agrícolas nas terras atribuídas aos africanos pelas autoridades brancas, em consequência do aumento da população e da diminuição da produtividade agrícola, como referiu Govan Mbeki (1984), contribuiu igualmente para forçar cada vez mais africanos a procurar trabalho no seio da economia agroindustrial dos brancos.

Façamos então um esboço de caracterização dos modos de incorporação histórica dos africanos negros no subsistema económico da África do Sul. Esta foi efectuada através de quatro grandes eixos de acção. O primeiro modo de incorporação pode ser designado como «o sistema de reservas». Na sequência das diversas guerras de conquista e ocupação, quer por parte dos africânderes, em particular na sequência dos movimentos migratórios dos *voortrekkers*, quer por parte dos britânicos, os negros foram, gradualmente, sendo circunscritos a determinadas áreas. No contexto geral da África Austral, uma boa parte dessas áreas vieram a ser transformados em Territórios sujeitos à administração do Alto-Comissariado Britânico, designadamente a Basutolândia, a Bechuanalândia e a Swazilândia. Estes territórios vieram, por sua vez, a transformar-se em Protectorados Britânicos e, depois, em estados formalmente independentes. São também conhecidos os casos em que grupos de africanos negros compravam terras, de volta aos conquistadores europeus, nas colónias do Natal e do Cabo. Mesmo no Transvaal, pequenas porções de terra foram adquiridas entre 1902, logo a seguir ao fim da Guerra dos Bôeres, e 1913, data da entrada em vigor da nova Lei das Terras Nativas. Segundo este primeiro modo de incorporação, os nativos eram circunscritos e como que colocados 'em prateleiras', ficando de reserva e à espera de melhor utilização.

O segundo eixo de incorporação dos negros no subsistema económico África do Sul foca a migração e o trabalho temporário (mesmo de longa duração) nas áreas agrícolas de fazendeiros brancos. Este eixo de incorporação teve duas variantes. Por um lado, o regresso de africanos a terras anteriormente por eles ocupadas, mas entretanto conquistadas e exploradas por fazendei-

ros brancos. Foi este o caso preponderante na Colónia do Cabo, onde os negros, inicialmente vencidos e expulsos, acabaram por se infiltrar de regresso, de forma lenta e pacífica e muito paulatinamente em busca de trabalho. Por outro lado, temos a situação em que as repúblicas bôeres iniciam um processo de registo de propriedade de terras, processo esse naturalmente reservado aos africânderes, utilizando critérios administrativos e de cartografia mais ou menos adequados, tendo em conta o contexto das circunstâncias históricas e geográficas, independentemente de quem estivesse no terreno, ocupando e explorando as terras. Ao princípio, como é natural, muitos africânderes não tiveram como fazer valer as suas pretensões, dada a natural resistência dos africanos negros às reclamações dos recém-chegados, reclamações baseadas em documentos emitidos por uma espécie de 'gabinete da propriedade rural', situado numa recém-construída e rudimentar 'cidade branca'. No entanto, com o consolidar da estrutura administrativa das repúblicas bôeres, o controle físico do território tornou-se mais eficaz e os negros acabaram por ser forçados a encontrar compromissos e a ceder a 'posse legal' das terras aos seus 'novos proprietários'. Como também é natural, muitos negros ficavam a viver nas novas explorações agrícolas, mas como trabalhadores rurais e segundo diversos regimes ou arranjos contratuais. Assinale-se que, uma das teses recorrentes, relativamente aos bantustões e à sua capacidade de auto-sustentação, tem a ver com uma alegada incapacidade cultural para aumentar significativamente a produtividade agrícola, sendo essa uma das razões apontadas para a pressão migratória em direcção às 'cidades dos brancos'.

No caso da incorporação através do eixo de trabalho agrícola, vale a pena revisitar a polémica implícita nos trabalhos de Colin Bundy (1979) e William Beinart (1987). Nessa polémica, Bundy e Beinart defenderam a ideia de que, durante as décadas de 60, 70 e 80 do século XIX, houve, entre os camponeses africanos da Colónia do Cabo, uma marcada subida da produtividade, a qual deu origem a excedentes agrícolas disponíveis para os mercados, locais e regionais, sendo essa subida de produtividade atribuída à adopção e uso de alfaías agrícolas de origem europeia, por parte dos camponeses africanos. Esta asserção constitui uma clara contradição da ideia defendida mais tarde, já em pleno século XX, por diversos autores, de que a falta de produtividade agrícola nas reservas ou bantustões se deveu, antes e sobretudo, a um atraso cultural e social endémico e à dificuldade ou relutância, por parte dos camponeses africanos, na adopção de 'novas técnicas'.

O terceiro eixo de incorporação verificou-se através da migração para as novas cidades que foram sendo construídas em resultado das novas explorações mineiras e actividades comerciais e proto-industriais associadas. Esse longo processo de migração para as cidades começou em maior escala nos

anos 80 do século XIX. Sempre tinha havido africanos negros nas pequenas povoações implantadas por brancos mas, tratando-se aí de trabalho de carácter doméstico ou familiar, em rigor não se pode falar nesse caso de negros urbanizados, até na medida em que os poucos negros envolvidos nessa situação mantinham fortes laços com as suas comunidades de origem e o seu trabalho tinha um carácter ainda profundamente ambulatório e de prestação irregular.

No caso do desenvolvimento dos portos de East London, Port Elizabeth e Cidade do Cabo, em resultado das novas actividades mineiras, industriais e comerciais, o que se verificou foi um processo social e irreversível de urbanização de fracções significativas de africanos negros. Já em 1880, as elites e autoridades tradicionais africanas se davam conta e discutiam os efeitos (para elas, eventualmente negativos), destas tendências e transformações demográficas, relativamente à moral e práticas sociais tradicionais. A verdade é que a tendência era mesmo irreversível e, na década de 60 do século XX, cerca de 50% dos africanos negros viviam já, de forma permanente e consolidada, em áreas urbanas, áreas supostamente 'brancas'. Isto apesar das políticas governamentais que tinham como objectivo, não só abrandar, mas mesmo inverter os fluxos migratórios dos campos para as cidades. Até fins dos anos 70, o governo nacionalista insistia na ficção legal de que as cidades eram zonas exclusivamente para os 'brancos', sendo os 'negros' considerados apenas como 'residentes temporários'. Nos anos 60, o governo publicava mesmo estatísticas que mostravam o 'sucesso' da sua política de encorajamento do «regresso às terras ancestrais» por parte dos negros residentes nas cidades. Importa esclarecer que essas estatísticas se referiam normalmente a censos efectuados por ocasião das festividades de Natal e Fim-de-Ano, altura em que um número apreciável de trabalhadores negros (industriais, comerciais e domésticos) recebiam a costumeira autorização dos patrões para se ausentarem de férias.

O quarto eixo de incorporação dos africanos negros no sistema económico sul-africano é o da migração para as explorações mineiras e actividades industriais correlacionadas. O sistema pretendido, e prevalecente durante muito tempo, era o do recrutamento temporário de trabalhadores braçais, quer nas reservas situadas na África do Sul, quer nos países vizinhos. O alojamento desses trabalhadores das minas²³⁹ fazia-se em bairros fechados, os *compounds*, próprios de cada exploração mineira e nas cercanias dos locais de trabalho. No que diz respeito aos trabalhadores oriundos dos países vizinhos em regime de contratação temporária, o problema da sua incorporação na sociedade do sistema económico sul-africano, em rigor não se punha. O problema surgia, como é natural, no caso dos trabalhadores africanos negros oriundos de ter-

239 A expressão «trabalhadores das minas» não é inocente. Os sindicatos brancos das actividades mineiras reservavam a designação «mineiros (miners), enquanto que os trabalhadores africanos negros eram designados por «trabalhadores das minas» (mine workers)...

ritórios ou reservas, os famigerados bantustões, situados no interior do território declarado e reconhecido como sendo a África do Sul²⁴⁰. Já em meados dos anos 70, o governo nacionalista começou a admitir oficiosamente a ideia de que muitos negros nunca regressariam a terras ancestrais, reconhecendo o facto de haver já dezenas de milhares de famílias africanas urbanizadas há mais de quatro gerações. No entanto, esse mesmo governo continuou a insistir na ideia de que as cidades eram zonas ‘brancas’, ainda que uma esmagadora maioria das pessoas que aí viviam fossem de ‘pele escura’.

7.6.3 A resistência africana

Depois de caracterizados, a traços largos, os diferentes modos de incorporação dos povos africanos relativamente ao subsistema sul-africano, importa agora discutir as formas como se processou a resistência dos trabalhadores negros, uma vez inseridos no novo modo de produção, tendo particularmente em conta o facto do seu isolamento social e político relativamente aos outros grupos de trabalhadores, em particular os brancos. Há também a considerar que, por força da discriminação racial, foi imposta às sociedades negras como um todo, uma forma de aliança interclassista, conducente à unidade de acção dos trabalhadores industriais e urbanizados, camponeses e pequenos burgueses negros. Temos, deste modo, uma breve discussão da resistência oposta ao sistema imperialista por parte dos africanos em geral e dos trabalhadores em particular, ao longo de mais ou menos oito décadas, uma vez inseridos no sistema segundo os referidos eixos de incorporação. Antes, no entanto, é necessário rever o ambiente laboral em que se vieram a processar as formas de luta específicas dos africanos.

Devo começar por assinalar que as primeiras operações de exploração mineira, quer nos campos diamantíferos de Kimberley, quer mais tarde nos campos auríferos do Transvaal, começaram por estar, quase exclusivamente, a cargo de trabalhadores mineiros brancos, de origem britânica. A juntar a algumas reclamações de carácter laboral relativamente às condições e custo de vida, assim como à educação e serviços de saúde, cedo começou a verificar-se, nas minas do Transvaal, alguma conflitualidade relativamente ao problema da concorrência de mão-de-obra africana, menos qualificada mas muito mais barata.

A este respeito, registre-se a primeira e tripla fractura conflitual entre capitalistas proprietários das minas (de origem ‘britânica’), mineiros brancos e governo da República do Transvaal. Em 1899, e com o apoio do governo africânder, o jornal de língua inglesa *The Standard & Diggers’ News* lançou uma

240 O problema da incorporação segundo este eixo de actuação final é tratado mais adiante com maior detalhe e tendo em conta a actuação dos diversos actores e agentes sociais que pretendiam representar os trabalhadores.

campanha para tentar acirrar ainda mais os normais conflitos, de carácter laboral, entre proprietários das minas e trabalhadores mineiros brancos. Para isso, o jornal acenava provocatoriamente com a ideia, querida aos proprietários das minas, de estes poderem contratar o maior número possível de trabalhadores africanos. Os mineiros brancos possuíam, de facto, competências técnicas de maior complexidade do que algum do saber tradicional possuído pela generalidade dos trabalhadores africanos. Mas, nas operações mineiras, havia muitas tarefas cuja competência técnica se podia adquirir com relativa rapidez. O efeito foi o oposto do pretendido: em vez de acirrar ou fomentar o que seria, noutro contexto, um conflito de classes e de levar os capitalistas proprietários das minas a perceber ou acreditar que, para poderem continuar tranquilamente as suas operações, dependiam da boa vontade e actuação política do governo africânder, esses mesmos capitalistas preferiram apostar num entendimento com os mineiros brancos e dar apoio às suas reclamações de âmbito não laboral, designadamente a criação de escolas em língua inglesa. Por outras palavras, num primeiro e significativo *round*, os capitalistas juntaram-se aos mineiros brancos e contra o governo africânder²⁴¹.

Os capitalistas ganhavam paz laboral e os mineiros brancos vieram a ganhar a situação de exclusividade contratual, face à concorrência da mão-de-obra africana. O governo africânder e, de certa forma, os trabalhadores negros, saíram perdedores. Assinale-se a este respeito, e regressando a um ponto, já esboçado mais acima, a respeito da participação de africanos negros na Guerra dos Bôeres, que a pressão e urgência dos britânicos em acabar com a guerra e resolver politicamente uma situação com variadas implicações económicas, levou a que, por ocasião das negociações que conduziram à assinatura do Tratado de Vereeniging, o problema dos direitos de cidadania dos africanos negros e *coloureds*, dos asiáticos do Natal, ficasse, por assim dizer, para as 'calendas gregas'. Desenvolvamos um pouco mais esta questão.

As necessidades de mão-de-obra nas fazendas agrícolas, a relativa escassez da imigração de origem europeia e a persistência de uma economia de subsistência por parte dos povos africanos nas proximidades da colonização branca, constituíam um claro obstáculo ao desenvolvimento de uma agricultura comercial por parte dos colonos. É essa a causa inicial das primeiras medidas de expropriação de terras no *hinterland* da Colónia do Cabo. No caso da Província do Natal, o problema da falta de mão-de-obra para as plantações

241 É relevante referir que uma das questões em disputa entre os *uitlanders*, putativamente representados pelos políticos britânicos, e o governo da República do Transvaal – em rigor, já a República da África do Sul – era o facto de o governo do Presidente Kruger exigir a residência de 14 anos no país para conceder a cidadania. Esta foi uma das questões que precipitou a declaração da Segunda Guerra dos Bôeres, uma vez que os britânicos, praticamente na véspera do início do conflito armado, recusaram a oferta de Kruger de reduzir aquele período para 7 anos, contra os 5 anos exigidos pelo governo britânico (Fisher, 1969).

de açúcar foi resolvido através da importação de mão-de-obra, contratada a prazo, a partir da Índia²⁴².

No caso das actividades mineiras, o aglomerado de pequenas explorações mais ou menos individuais, foi muito rapidamente substituído por um pequeno número de companhias mineiras com capacidades técnicas e financeiras para uma exploração em maior escala. Por outras palavras, entrava em cena o normal processo de concentração do capital. A natureza geológica das explorações mineiras depressa mostrou a necessidade de grandes quantidades de maquinaria em associação com pequenas quantidades de trabalhadores qualificados e grandes quantidades de mão-de-obra sem grandes qualificações. Tendo falhado as tentativas de recrutar grandes quantidades de mão-de-obra chinesa²⁴³, foi necessário assegurar o controle centralizado do recrutamento da mão-de-obra africana. O número de trabalhadores africanos nas minas passou, entretanto, de 15.000 em 1890, para pouco mais de 19.000 em 1912. Entretanto, tal como já atrás referi, no que diz respeito aos trabalhadores de origem europeia, mais tarde, em 1922, e de modo a garantir a manutenção de um elevado nível de lucratividade, as empresas mineiras conseguiram, com o apoio do aparelho repressivo do Estado (policial e militar), infligir uma pesada derrota na agitação dos trabalhadores mineiros brancos, ao quebrar de forma violenta aquela greve a qual teve, como foi referido, características de sublevação insurreccional.

Por outro lado, a lógica do desenvolvimento das actividades mineiras levou, naturalmente, ao desenvolvimento de actividades industriais complementares, quer a montante quer a jusante, designadamente nos transportes ferroviários e nas actividades portuárias. Este desenvolvimento veio aliás a dar origem a uma política de protecção industrial por parte do governo do Pacto, a partir de 1924. No que diz respeito ao número de trabalhadores empregados, e em termos de números absolutos²⁴⁴, os sectores fabris ultrapassam o sector da mineração de ouro. Em consequência, começa-se a assistir à sindicalização de centenas de milhares de trabalhadores de origem europeia. Já em 1910, o jornal *Voice of Labor* (fundado em 1908), órgão de inspiração radical socialista, se tinha tornado num muito activo e conhecido fórum de debate e agitação de ideias sindicalistas e revolucionárias. Nesse mesmo ano, foi fundado em Joanesburgo um Partido Socialista do Trabalho, filiado na *International Workers of the World* de origem norte-americana. Lutas intestinas e o relativo insucesso de greves nos transportes públicos em Joanesburgo, levaram ao gradual

242 A relativa escassez de mão-de-obra devia-se, em particular, à relutância dos camponeses africanos em deixar as explorações tradicionais para ir trabalhar para novas plantações.

243 Entre 1904 e 1906, trabalharam nas minas do Transvaal cerca de 50.000 chineses que foram quase totalmente repatriados ao fim de alguns anos de trabalho, face à extrema oposição dos trabalhadores brancos (Davenport & Saunders, 2000).

244 Deixando de lado a questão da relevância estratégica e da importância relativa dos diversos sectores.

desaparecimento desse SLP e das secções locais da IWW, não sendo visível a sua intervenção na greve geral que, em Julho de 1913, abalou a região do Witwatersrand. Em todo o caso é de assinalar um primeiro esforço, por parte de alguns dirigentes sindicais, de levar os trabalhadores africanos a juntarem-se à greve (Davenport & Saunders, 2000).

A associação International Workers of the World teve, durante as primeiras três décadas do século xx, um grande impacto na chamada «esquerda radical» de trabalhadores brancos militantes e trabalhadores africanos, *coloureds* e asiáticos, reclamando ter dado um importante e decisivo contributo para a consciencialização de classe dos diversos grupos étnicos, na África do Sul, durante o período dito 'glorioso' do anarquismo e sindicalismo revolucionário, entre os anos 1880 e 1930. Apesar do eclipse ocorrido em 1913, as ideias da IWW vêm de novo a reaparecer na África do Sul com a fundação da Liga Socialista Internacional (ou ISL), em Setembro de 1915, formada a partir de dissidentes do Partido Trabalhista (branco) por causa do apoio deste partido ao esforço de guerra britânico na Primeira Guerra Mundial. Esta International Socialist League condenava a divisão racial entre trabalhadores e condenava, portanto, as correntes ditas «internacionalistas» que recusavam reconhecer aos trabalhadores nativos a totalidade dos seus direitos. Assim sendo, a ISL cedo se voltou para a mobilização dos trabalhadores africanos, *coloureds* e asiáticos, havendo a registar, já em 1917, a existência, em Joanesburgo, de grupos de estudo e discussão envolvendo trabalhadores africanos negros. Por seu lado, em Durban, e ainda em 1917, foi fundado o Sindicato Industrial dos Trabalhadores Indianos, por instigação de militantes de origem europeia da ISL. O mesmo movimento de solidariedade entre os trabalhadores de diferentes origens étnicas propagou-se a outros sectores de actividade, sendo registadas iniciativas em Kimberley, em 1918, e fundado um Sindicato Industrial dos Trabalhadores Têxteis, em Joanesburgo, em 1919. Entretanto, no mesmo ano, o já referido South Africa Native National Congress organizou manifestações de protesto contra a famigerada Lei do Passe. Verificaram-se, também, manifestações violentas de protesto contra baixos salários em Port Elizabeth, que foram reprimidas com apoio de milícias brancas civis, armadas.

Já em 1920, a ICWUA ou Industrial and Commercial Workers Union of Africa, tornou-se num movimento de massas, contando também com o apoio ou militância de trabalhadores agrícolas, e tendo por objectivo a agitação e o protesto contra o governo branco. Não se tratava, no entanto, de um movimento sindicalista revolucionário, na medida em que a sua actuação era mais influenciada por uma ideologia nacional e de tradicionalismo, próprio das chamadas classes médias. Em 1921, foi fundado o primeiro Partido Comunista da África do Sul, ou CPSA. Em 1922, como acima referi, houve uma

agitação generalizada nos campos mineiros e o governo de Jan Smuts decretou a lei marcial. Essa agitação generalizada, conhecida também como Revolta do Rand deveu-se, pelo menos em parte, à participação activa e organizativa da South African Industrial Federation. Acerca desta Revolta do Rand, levanta-se uma questão de carácter fundamental, que tem ocupado alguns historiadores e que atravessa os temas da consciência de classe e das relações entre «classe», «nacionalidade» e «raça» na África do Sul. Esses historiadores procuram explicar o 'porquê' da revolta dos trabalhadores brancos, uma elite profissional relativamente bem paga, perante um aparente desinteresse ou apatia até das dezenas de milhares de trabalhadores africanos. A explicação básica reside, por um lado, na herança cultural do trabalhismo britânico e as suas décadas de militância e, por outro lado, na estrutura, constituição ou forma de recrutamento dos trabalhadores africanos. Isto para além da ameaça latente da concorrência de mão-de-obra mais barata de trabalhadores africanos em processo de qualificação²⁴⁵, ameaça que as empresas proprietárias das minas começavam a brandir de cada vez que havia reclamações por melhores condições salariais por parte dos trabalhadores de origem europeia.

Entretanto, acentuou-se a fractura entre trabalhadores brancos e negros, sendo de assinalar um *slogan* explicitamente racista por parte dos trabalhadores brancos²⁴⁶. A derrota da Revolta do Rand representou o fim abrupto de um período de militância dos mineiros brancos. No entanto, em resultado disso, o governo de Jan Smuts veio a perder as eleições de 1924 para uma coligação do Partido Nacional (africânder) e do Partido Trabalhista (dos mineiros brancos). Em Março de 1924, foi promulgada a Lei da Conciliação (ou concertação) Industrial, a qual resultou numa burocratização institucionalizada dos sindicatos brancos, assim como na clara separação destes em relação às organizações representativas dos trabalhadores africanos. Em 1925, foi formado o SATUC, ou South African Trade Union Council, em resultado de uma maior coordenação de actividades entre os diversos sindicatos que iam sendo formados nos diversos segmentos emergentes no processo de industrialização. Assinala-se também neste período um fenómeno de sindicalismo paralelo, com alguns sindicatos brancos e sindicatos negros, colaborando por vezes de formas diversificadas.

Disse mais acima que a ICWUA, ou Industrial and Commercial Workers Union of Africa, não era propriamente um movimento revolucionário, tendo antes um carácter reformista e onde predominavam ideias de tipo fabiano. De certa forma, o mesmo sucedia com o South African Native National Council,

²⁴⁵ Aprendizagem gradualmente efectuada pelo processo pragmático de observação e imitação.

²⁴⁶ «Workers of the world, fight and unite for a white South Africa», em <http://eport2.cgc.maricopa.edu/published/jra/jramos65/collection/1/1/upload.htm> e em <http://socialistaction.org/news/200109/study.html>

fundado, em 1912, pelo Reverendo John L. Dube, pelo escritor Solomon Plaatje e outros membros da elite africana cristianizada, a qual tinha já tradições de vida urbana e cidadania política, na Colónia do Cabo. Este SANNC começara por se dedicar a combater a Lei das Terras Nativas, promulgada em 1913 apesar do desacordo das elites negras, expresso em petições e representações feitas na África do Sul. Em Junho de 1914, foi enviada a Londres uma delegação do SANNC para reclamar a revisão da Lei das Terras Nativas junto do secretário das Colónias²⁴⁷, mas tornou-se evidente que o governo britânico não estava na disposição de se voltar a envolver nos assuntos internos da África do Sul, então já um Domínio dentro do Império. Depois do fim da Guerra, e na presunção de que a primeira tentativa falhara por causa do envolvimento britânico na Primeira Guerra Mundial, a direcção do SANNC voltou a enviar uma delegação a Londres e, embora tivesse obtido a promessa, por parte do primeiro-ministro Lloyd George, de que discutiria o assunto com o primeiro-ministro Jan Smuts, a verdade é que voltou a ficar claro que, do ponto de vista do governo de Sua Majestade, os assuntos internos da África do Sul teriam sempre que ser resolvidos na África do Sul.

Em 1925, o SANNC transformou-se no actual ANC e começou-se a verificar alguma dissensão ideológica entre alguns dos anteriores membros do SANNC, onde predominara, até então, o carácter reformista cristão, com um grupo a deslocar-se mais para a 'esquerda'²⁴⁸. A ala reformista veio a controlar a direcção do ANC e quando o seu Presidente, Josiah Gumede, de regresso de uma visita à URSS, em 1927, expôs as suas opiniões, favoráveis a uma aliança com o Partido Comunista da África do Sul (dirigido por brancos), estas foram recebidas sem qualquer entusiasmo, quer pela direcção do ANC, quer por uma Convenção dos Chefes Bantos²⁴⁹, convocada sob os auspícios do ANC. Em 1927, foi promulgada a Lei da Administração das Terras Nativas, formalizando nas reservas o poder dos chefes 'tribais' e regedores tradicionais. Um dos objectivos de tal lei era, justamente, reforçar os movimentos de tipo nacionalista, tendencialmente conservadores, por oposição aos movimentos de tipo classista. Entretanto, são de assinalar diversas actividades de agitação, propaganda e mobilização por parte de activistas africanos negros, designadamente demonstrações de milhares de mulheres em Bloemfontein, em protesto contra

247 Nos termos da Lei das Terras Nativas, o território da África do Sul foi formalmente dividido entre 'pretos' e 'brancos', ficando 87% das terras identificadas como 'brancas'.

248 Em 1927, Josiah Gumede e James La Guma (activista coloured, membro do Partido Comunista da África do Sul) visitaram a União Soviética, depois de participarem na convenção inaugural da Liga Contra o imperialismo, em Bruxelas. Consulte-se em <http://www.sahistory.org.za/pages/people/gumede.j.htm> ; http://www.anc.org.za/ancdocs/history/people/gumede_it.html ; http://www.anc.org.za/ancdocs/history/people/james_la_guma.html

249 Um dos chefes tradicionais teria dito nessa convenção: «The Tsar was a great man in his country, of royal blood like us chiefs and where is he now? ... If the ANC continues to fraternize with the communists we chiefs cannot continue to belong to it.» Outro afirmou: «it will be a sad day for me when I am ruled by the man who milks my cow and ploughs my field.» Em http://www.anc.org.za/ancdocs/history/people/gumede_it.html

as leis do passe ou de dezenas de milhares de *coloureds* contra as leis segregacionistas na Cidade do Cabo²⁵⁰. O período de máximo activismo foi atingido em fins da década de 20. Em 1928, por exemplo, calcula-se que a ICU, ou Industrial and Commercial Union, tivesse entre 150.000 e 200.000 membros negros e cerca de 15.000 membros *coloureds*. No entanto, e devido às contradições entre as expectativas dos seus militantes e afiliados e a intransigente recusa por parte do governo de James Herzog, relativamente a fazer quaisquer concessões, dois anos mais tarde a representatividade da ICU era praticamente nula. A Grande Depressão (anos Trinta) e a Segunda Guerra Mundial, vieram a representar um período de retrocesso e estagnação, quer para o movimento trabalhista (brancos e pretos), quer para o movimento cívico de protesto dos povos de cor na África do Sul²⁵¹.

7.6.4 O Congresso da Liga da Juventude e o Programa de Acção

A formação do Congresso da Liga da Juventude, como ramificação do ANC, marcou um ponto de viragem histórica fundamental, relativamente aos problemas de 'classe' e de 'raça'. A construção de uma consciência identitária nacional sul-africana, com base num núcleo central de representantes da maioria negra, mas com carácter plurirracial, foi também um processo demorado e não isento de contradições. Em 1943, ainda em plena Segunda Guerra Mundial, um grupo de jovens membros do ANC, claramente insatisfeitos com aquilo que consideravam ser a passividade dos seus dirigentes, formaram a sua própria organização: o Congresso da Liga da Juventude. Anton Lembede, presidente do CLJ entre 1944 e 1947 (data da sua morte), considerava a África do Sul como um «país do homem negro» no qual deveriam ser prioritários os interesses dos sul-africanos negros. Na sua opinião, as sociedades tradicionais africanas eram de carácter socialista, mas como considerava que, na África do Sul, o conflito racial tinha total precedência sobre a luta de classes, repudiava qualquer aliança com o Partido Comunista²⁵² mesmo que essa aliança pudesse conduzir a uma «libertação nacional».

Depois do fim da guerra mundial e da morte de Anton Lembede, os outros dirigentes do CLJ, designadamente Peter Mda, Jordan Ngubane, Nelson Mandela, Oliver Tambo e Walter Sisulu, procuraram assumir o controle do ANC, reclamando que fossem adoptadas diversas formas de luta, tais como greves, boicotes, ausências-em-casa e outras formas de desobediência civil e de não

²⁵⁰ Nova legislação que pretendia retirar de vez o direito de voto aos *coloureds*.

²⁵¹ Significativamente, a consulta às bases de dados com informação histórica sobre a actividade sindical ou de resistência cívica na África do Sul, apresenta, de forma sistemática, o período de «renovação da luta» com o período a seguir a 1948, ano da chegada ao poder do Partido Nacional.

²⁵² Considerado, pela generalidade dos africanos, como um 'partido de brancos'.

cooperação, de modo a dificultar o funcionamento regular do sistema de *apartheid*. Apesar da oposição do então presidente (conservador) do ANC (Alfred Xuma), o Congresso da Liga da Juventude conseguiu, em 1949, fazer eleger James Moroka para a Presidência, assim como eleger três membros (Sisulu, Tambo e Mandela) para o Executivo Nacional do ANC, conseguindo ainda que fosse adoptado o seu programa de acção (Thompson, 1996).

Ao contrário da anterior direcção, os novos dirigentes do ANC acreditavam na necessidade e no interesse em trabalhar com outros grupos de resistentes e, assim, juntamente com o Congresso Indiano da África do Sul, ou SAIC, organizaram um Conselho de Planeamento Conjunto. Em resultado das suas diversas acções de agitação e propaganda, em 1952 desafiaram o governo para que fossem abolidas todas as leis injustas de carácter racial, caso contrário teria que enfrentar uma Campanha de Desafio, à escala nacional, a partir de 6 de Abril, significativamente o tricentenário da chegada de Jan Van Riebeeck ao Cabo. Como era de esperar, o governo de Daniel Malan rejeitou o ultimato e, em consequência, o ANC e o SAIC, sob a orientação de Yusuf Dadoo, organizaram manifestações de massas e ausências-em-casa para 6 de Abril e 26 de Junho. Em resposta ao apoio maciço obtido com estas acções, o governo, ao abrigo da Lei para a Supressão do Comunismo, respondeu com a ilegalização dos dirigentes e de alguns jornais que lhes davam apoio, assim como o encarceramento de participantes nas manifestações de rua. Em Dezembro de 1952, tinham já sido presas cerca de 8.500 pessoas e a Campanha de Desafio tinha praticamente acabado sem que o governo tivesse tido que fazer quaisquer concessões relativamente às leis consideradas injustas e de carácter racial pelos dirigentes do ANC e do SAIC. No entanto, há que assinalar que a popularidade do ANC aumentou de forma muito significativa e que a base de apoio de contribuintes e afiliados cresceu de apenas 7.000 para mais de 100.000, ao longo do ano de 1952. James Moroka fora entretanto demitido, por se ter confessado culpado, perante o tribunal, ao abrigo da Lei de Supressão do Comunismo, e Albert Luthuli fora eleito Presidente do ANC.

As diversas medidas repressivas governamentais, ao longo de 1953 e 1954, dificultaram as actividades de organização de agitação e propaganda por parte do ANC e do SAIC, mas mesmo assim, em 25 e 26 de Junho de 1955, cerca de 3.000 delegados reuniram-se em Soweto, num Congresso do Povo, em representação de diversas organizações populares e democráticas sul-africanas: os negros (ANC), os brancos (Congresso dos Democratas), os Indianos (SAIC) e os *coloureds* (Congresso do Povo *Coloured*), assim como o Congresso (multirracial) dos Sindicatos da África do Sul, ou COSATU, formado em 1955. Este Congresso do Povo veio a ter um enorme significado histórico, pois é dele que sai a Carta da Liberdade. Elaborada algumas semanas antes e longamen-

te discutida durante o Congresso, a famosa *Freedom Charter* veio a servir de orientação e referência simbólica, ao longo de décadas, para todos aqueles que, na África do Sul, se opunham, de forma sistemática, ao regime de *apartheid*. Em termos genéricos, a Carta da Liberdade reclamava e propunha uma sociedade não racial e em que nenhum grupo étnico pudesse presumir ter direitos ou privilégios especiais. Todos, sem excepção, deveriam ser tratados de forma igual perante a lei e a terra deveria ser partilhada entre aqueles que a trabalhavam. Era também ali proclamado que «todos deveriam partilhar os benefícios da riqueza nacional». Estas últimas declarações foram interpretadas – por diversos quadrantes políticos – como reclamando ou favorecendo uma «reforma agrária» e a «nacionalização das actividades económicas».²⁵³

As lutas cívicas contra as leis do *apartheid* continuaram ao longo dos anos 50. Em 1956, foi promulgada a Lei das Assembleias Violentas²⁵⁴ e, em resultado, foram presos 156 dirigentes dos vários movimentos representados no Congresso do Povo, incluindo Luthuli, Mandela, Tambo e Sisulu. Os respectivos julgamentos arrastaram-se durante cinco anos, tendo vindo a resultar em pesadas penas para os acusados. Uma das medidas de repressão do governo sul-africano, ainda sob a direcção do primeiro-ministro Daniel François Malan, relativamente às movimentações de massa acima assinaladas²⁵⁵, foi a ilegalização, em 1950, do Partido Comunista da África do Sul (então, tal como hoje, associado do ANC). Com a prisão ou o exílio forçado e clandestino dos dirigentes mais activistas da resistência²⁵⁶, a resistência dos negros, asiáticos e brancos liberais conheceu um marcado declínio.

Em consequência da sistematização do regime de *apartheid* e da repressão policial, necessária para fazer observar todas as intrincadas regulamentações e controles, a África do Sul, durante quase duas décadas, conseguiu projectar nos meios de negócios internacionais uma atraente, mas superficial, imagem de estabilidade. Paradoxalmente, o mais grave incidente desse período, o famigerado massacre de Sharpeville²⁵⁷, acabou por ter consequências benéficas para os objectivos prosseguidos pelos africânderes organizados à volta da *Broederbond*²⁵⁸, na medida em que, tendo dado origem a alguma fuga de capitais ingleses, proporcionou uma janela de oportunidade para a expansão do capital

253 Diga-se de passagem que uma assembleia de cerca de 3.000 delegados, no bairro do Soweto, não passava despercebida. Em todo o caso, não era essa a intenção dos seus organizadores. O local foi cercado pela polícia e, sob a declaração de «suspeita de actividades subversivas e de traição», foram registados os nomes e moradas de todos os participantes.

254 Riotous Assemblies Act, promulgada especificamente para reprimir a oposição que se começava a organizar em reuniões e assembleias de grandes dimensões.

255 Por exemplo, a realização de uma greve de mineiros, já em 1946.

256 Lembremos que, no jargão sul-africano, 'negros' (ou melhor, 'pretos') são todos os não brancos (índios, coloureds e africanos).

257 Em consequência de uma demonstração supostamente organizada pelo Pan Africanist Congress, ou PAC.

258 Organização mais ou menos secreta, de tipo maçónico, que propunha promover e defender a ideia de afrikanerdom, ou os interesses da 'nação' africânder.

africânder. Em consequência também do massacre de Sharpeville, foram ainda ilegalizados em 1960, quer o ANC, quer o PAC²⁵⁹.

Em 1966, na sequência do assassinato do primeiro-ministro Hendrik Verwoerd, assumiu a chefia do governo, o anterior ministro da Justiça, Balthazar Vorster²⁶⁰. Este começou por procurar dar uma imagem algo mais conciliatória no âmbito internacional, pressionando Ian Smith (dirigente rebelde da Rodésia do Sul) a iniciar negociações com os seus próprios movimentos de emancipação negra, ao mesmo tempo que dava sinais de conciliação com a comunidade internacional no respeitante à independência do Sudoeste Africano, ou Namíbia. No entanto, no plano interno, e apesar de uma imagem de alguma relativa estabilidade, os focos de resistência começaram de novo a intensificar-se, designadamente sob a forma de um maior activismo por parte dos sindicatos de trabalhadores africanos. Este movimento geral de contestação veio a culminar na revolta do Soweto, em 1976, cuja repressão motivou, por sua vez, um acréscimo de actividade em cadeia por parte do chamado Movimento de Consciência Preta²⁶¹.

7.6.5 Os anos de crise e transição

O aumento das pressões políticas e económicas internacionais, designadamente no seio das maiores empresas multinacionais com investimentos na África do Sul, em particular as empresas norte-americanas, deu origem a alguma crise e movimentações no seio dos partidos políticos representados no Parlamento. Já em 1968, o primeiro-ministro Balthazar Vorster se vira forçado a demitir do seu governo três ministros mais conservadores, da ala direita. Um dos ministros demitidos, de seu nome Albert Herzog, fundou o Partido Nacional Reconstruído ou HNP, *Herstigte Nasionale Party*. Na perspectiva de Albert Herzog, não se deviam fazer quaisquer concessões na implementação do regime de *apartheid*, enquanto Balthazar Vorster e o seu grupo argumentavam no sentido da necessidade de compromissos. As designações *verligte* e *verkrampste* parece terem origem nesta dissensão no seio da comunidade africana, sendo de assinalar que, no entanto, as diferenças entre os dois grupos eram então mais de carácter tático do que de carácter ideológico. Em 1969 os dirigentes *verkrampste* que tinham sido expulsos do Partido Nacional vieram

259 Trata-se de dados do conhecimento genéricos dos observadores da cena sul-africana e que se podem encontrar em Thompson (1996) e Simons (1968).

260 Nessa qualidade, foi responsável pela repressão implacável dos activistas e oponentes do *apartheid*. Anteriormente, tinha sido vice-ministro da Educação, responsável pela «Educação Bantu».

261 Fundado por Steve Biko que veio a ser preso, torturado e morto na prisão. Assinale-se em jeito de reflexão que, no contexto sul-africano assim como na literatura, a palavra *black* se refere usualmente ao conjunto dos negros africanos, *coloureds* e asiáticos, não se podendo inferir da palavra uma conotação negativa, como parece ser o caso na linguagem corrente. O termo *oficioso*, no entanto, era *non whites* ou *nie blankes* (em africânico).

a reconstituir-se no chamado *Herstigte Nasionale Party*, ou Partido Nacional Reconstruído. Em 1970 e em 1974, o HNP concorreu às eleições para o Parlamento, sem conseguir eleger qualquer deputado, o que diz bem do estado de espírito da comunidade africânder na sua globalidade.

Ou seja, o grupo que prosseguia o objectivo de paridade social e económica com o capital inglês e imperial e, implicitamente, da sua plena integração na economia mundial, tinha acabado por vencer a luta interna no Partido Nacional. Daí em diante, seria apenas uma questão de tempo e de modo, até se acabar de vez com o regime de desenvolvimento separado das diversas etnias coexistentes na África do Sul e com a ideia de construção de uma pátria Africânder isolada ou 'orgulhosamente só'. Em meados de 1974, este autor teve pessoalmente ocasião de ouvir a alguns altos dirigentes de empresas multinacionais, mas de origem africânder, algo de aparentemente tão insólito como «a solução é simples: *one man, one vote and let's get on with it.*» Este tipo de afirmações proferidas por pragmáticos homens de negócios e de quadros do mundo empresarial era claramente o reflexo de um novo posicionamento político então em emergência.

Até 1974, o regime sul-africano beneficiara, entre outras circunstâncias, da existência de três territórios junto das suas fronteiras que funcionavam como territórios-tampão. Estou a referir-me às antigas colónias de Angola, Rodésia do Sul e Moçambique. A Revolução em Portugal e a independência de Angola e Moçambique, além constituírem um encorajamento aos activistas negros da África do Sul, provocou no seio da comunidade africânder alguma perplexidade no que diz respeito a quais fossem as medidas mais adequadas a tomar. Em resultado da alteração no contexto internacional e seus reflexos no plano interno, de possível incremento da agitação política, Vorster inflectiu a sua anterior postura (ou imagem) de conciliação e negociação e não hesitou em ordenar a invasão de Angola, alegadamente para proteger a posição de rectaguarda no Sudoeste Africano-Namíbia, e a repressão violenta dos distúrbios de tipo 'pré-sublevação' do Soweto, em 1976. Por outro lado, e no prosseguimento da ideia base do *apartheid*, concedeu a independência ao Transkei. Poder-se-á, pois, argumentar que o regime continuava apenas com tentativas de pequenas modificações, que outros classificariam como 'cosméticas', ainda que, do ponto de vista dos seus dirigentes, elas se apresentassem como 'grandes viragens' ou profundas alterações. Aquelas pressões acabaram por estar na origem da capitulação de John Vorster enquanto primeiro-ministro, em favor do seu ministro da Defesa, Pieter Willem Botha, alegadamente por razões de saúde. Este assumiu, então, as funções, mais protocolares do que efectivas, de Chefe de Estado.

No entanto, politicamente enfraquecido por causa do escândalo Muldergate²⁶², o mesmo Vorster acabou por se demitir do cargo em 1979. Em 1978, Pieter Willem Botha tornou-se primeiro-ministro e lançou o primeiro esboço de acção no sentido de desmantelar o sistema de *apartheid*, tendo iniciado mesmo uma primeira ronda de negociações com Nelson Mandela. Nas palavras de Colin Aglin (Saul & Gelb, 1981, p. 54),

A estratégia do sr. Botha acaba com o mito de que é possível fragmentar a África do Sul. Torna mais urgente a necessidade de encetar negociações para uma nova ordem política para a África do Sul a qual não deverá mais ser dividida. A decisão do governo de abandonar o desenvolvimento económico separado a favor do desenvolvimento multirracial regional tem consequências políticas e constitucionais fundamentais... E tal como a separação económica é substituída por 'cooperação' económica, também o compromisso do Partido Nacional para com a separação política deverá dar lugar à cooperação política e, em devido tempo, à aceitação do conceito da partilha do poder político.

Chama-se a atenção para o facto de Eglin falar, em 1981, de «partilha do poder»²⁶³. Como se veio a verificar mais tarde, esta ideia ou conceito, que entrou durante algum tempo o processo de negociações realizado no âmbito da CODESA²⁶⁴, acabou por ser simplesmente substituído pela assunção do princípio convencional de «uma pessoa, um voto».

Entretanto, ao assumir o poder, Pieter Botha procedeu a uma purga nos quadros no Partido Nacional²⁶⁵ e introduziu alterações na Constituição juntando, a partir de 1979, as funções de Presidente da República e de primeiro-ministro. Dispondo formalmente de plenos poderes, Botha deu início a uma política intervencionista («luta em todas as frentes»), não hesitando em lançar ataques militares em países vizinhos²⁶⁶. Em contraste, no plano interno, e citando a necessidade de mudanças, apoiou legislação no sentido de permitir a legalização de sindicatos de trabalhadores africanos, tendo também estado na origem da eliminação de aspectos secundários e menores do *apartheid*²⁶⁷, assim como de algumas regras relativas à segregação racial nos espaços públicos

262 Financiamento do jornal de extrema direita parlamentar *The Citizen* com dinheiros públicos (milhões de rands), para fins de propaganda política, em que estiveram envolvidos Connie Mulder, ministro da Informação, e o comandante da polícia de segurança, general Van Den Bergh. O esquema montado incluía a tentativa de comprar um jornal norte-americano, o *Washington Star*, também com finalidade idêntica. Este caso ilustra bem o tipo de rupturas e dissensões que se começavam a verificar no seio da comunidade africânder.

263 Este conceito define a ideia de participação em pé de igualdade (?) das diversas comunidades étnicas na governação da totalidade, uma e indivisível, da África do Sul, por oposição ao conceito de «governo de maioria».

264 Conferência for a Democratic South Africa, realizada em Joanesburgo, entre 1992 e 1994, para discutir os termos da transição para o novo regime político.

265 Entre os que saíram, contava-se Connie Mulder que era, aliás, o elemento preferido de Bathazar Vorster para a sua sucessão.

266 Tendo sido ministro da Defesa desde 1966, Botha conhecia bem o corpo de generais e o seu pensamento estratégico.

267 O chamado petty apartheid, considerado «desnecessariamente ofensivo».

e no emprego. E, no entanto, anos mais tarde, em Outubro de 2003, o deputado progressista Colin Eglin, comparando John Vorster e Pieter Botha (Eglin fora opositor de ambos nos anos do regime de *apartheid*), diria que Vorster era *civil*, ou pessoa de trato, enquanto Pieter Botha fora sempre *hostile*²⁶⁸ (*Sunday Times*, 12 de Outubro de 2003)²⁶⁹.

A partir de uma forte base de apoio por parte da comunidade empresarial africânder, assim como dos dirigentes militares, Pieter Botha pôde dar início a uma série de reformas, também com o intuito de tentar desenvolver e captar a classe média africana que pudesse ser indiferente, senão mesmo hostil, à «propaganda socialista» do ANC. Nesse processo de reformas, foram nomeadas diversas comissões governamentais de inquérito às condições laborais, sociais e económicas dos africanos em geral e dos trabalhadores em particular.

A Comissão de Inquérito sobre a Legislação Laboral (Comissão Wiehahn), formada na sequência da onda de greves no princípio dos anos 70, recomendou que fosse legalizado o registo de sindicatos de trabalhadores negros e que os mesmos fossem reconhecidos como partes no processo oficial de negociações industriais. A mesma Comissão recomendou ainda – significativamente – que fosse eliminado o princípio fundamental da *job reservation*. Estas recomendações vieram a ser aceites e incorporadas em leis votadas em 1979, o que deu origem a um aumento na sindicalização dos trabalhadores africanos, no princípio dos anos 80. Por outro lado, a Comissão de Inquérito sobre a Legislação Relativa à Utilização dos Recursos Humanos (Comissão Riekert), no seu relatório e recomendações, chamou a atenção para o facto de que a extrema pobreza nos bantustões continuaria a ‘empurrar’ dezenas de milhares de africanos para as zonas urbanas em procura de trabalho. Por este motivo, a Comissão Riekert recomendou, em 1979, que, em vez de penalizar os negros que entrassem ilegalmente nas cidades, o governo deveria antes processar e condenar os empresários e senhorios que dessem emprego ou alugassem alojamento a negros que não estivessem na posse de documentação legal adequada. Apesar da aceitação, em princípio, destas recomendações, só oito anos mais tarde, e depois de mais de um milhão de casos de prisão, é que foi apresentada legislação pondo fim ao sistema das leis do passe. No que diz respeito aos movimentos africanos, é de assinalar também, no princípio dos anos 80, o despoletar de uma luta violenta entre o ANC e a AZAPO, ou Azania People’s Organization, um movimento radical negro com ideias de carácter racista relativamente aos brancos.

268 Ou «pessoas com quem não se podia falar.»

269 Esta comparação de personalidades e posicionamentos políticos foi feita no contexto de uma tentativa de compreensão da incapacidade de P.W. Botha em levar até às últimas consequências o processo de reformas políticas por si iniciado em 1980. Consultar <http://www.suntimes.co.za/2003/10/12/insight/in07.asp>

Entretanto, os embargos do petróleo por parte da OPEC, e de armas por parte das Nações Unidas, forçaram o governo sul-africano a despendar vastas somas, quer na indústria de armamentos, quer na importação de petróleo. Em 1986, o Congresso dos EUA, sob a pressão da opinião pública e de activistas cívicos, legislou no sentido de impor sanções económicas, interditando quaisquer novos empréstimos e investimentos norte-americanos na África do Sul, assim como restringindo severamente as importações oriundas daquele país. Entretanto, em 1985, dirigentes do ANC tiveram encontros de carácter exploratório com homens de negócios sul-africanos. Por seu lado, o Presidente Pieter Botha eliminou mais algumas das leis do *apartheid* e anunciou, *urbi et orbi*, que a África do Sul tinha superado o conceito ultrapassado do regime de *apartheid*, uma ideia ou convicção que, ainda hoje, é defendida por cidadãos africânderes, alguns até simpatizantes do novo regime²⁷⁰.

Dando-se conta que a relação hegeliana de *herrenvolk* versus *knechtsvolk*²⁷¹, se tornara, não só socialmente obsoleta, mas também, de um ponto de vista económico, pura e simplesmente demasiado pesada, os dirigentes africânderes mais esclarecidos decidiram que era tempo de se libertarem da 'canga' do *apartheid*. Quando a necessidade de tomar uma decisão relativamente ao desmantelamento do regime se tornou demasiado evidente, surgiram as inevitáveis dúvidas e hesitações por parte de quem estava no poder e tinha que tomar a responsabilidade final por uma tão pesada decisão. No caso de Pieter Willem Botha, em meados dos anos 80, assinalam-se três ordens de razões que o impediram de iniciar, ou melhor, de concretizar aquilo que veio a ser efectivado pelo seu sucessor Frederick De Klerk. Isto, apesar de praticamente todos os contactos entre dirigentes políticos e económicos africânderes e os dirigentes do ANC que estavam no exílio e com Nelson Mandela que estava na prisão, se terem realizado com o seu conhecimento pessoal e institucional (Sparks, 1995).

Por um lado, e em primeiro lugar, o seu antagonismo ideológico e quase visceral em relação ao Partido Comunista da África do Sul, enquanto membro determinante do ANC. Em segundo lugar, o receio de que qualquer tentativa de acordo com o proclamado 'inimigo' pudesse provocar uma reacção violenta por parte da extrema-direita branca, dentro e fora do Partido Nacional. Finalmente, e em terceiro lugar, a sua convicção de que a continuação e reforço de medidas rigorosas de segurança acabariam por conter, de forma estável, as ameaças do radicalismo negro, dando tempo para a formação de alternativas mais aceitáveis. Poder-se-ia ainda acrescentar uma quarta razão, a qual se prende com a personalidade de Pieter Botha e a sua quase obsessão em se

270 Entrevistas pessoais do autor. Ver também <http://www.praag.org/opstelle28.htm>

271 Em alemão, respectivamente «povo de senhoras» e «povo de servos».

apresentar como um 'duro' que decide o que tem a decidir, disposto a desafiar e enfrentar quaisquer pressões do exterior, traços de personalidade que lhe valeram o epíteto de Velho Crocodilo.

Em todo o caso, para efeitos de rudimentar análise política, a forma como De Klerk assumiu o poder na África do Sul, na sequência da auto-demissão de Pieter Botha, configurou claramente uma situação de golpe de Estado. A noite de 14 de Agosto de 1989 ficará, para a História da África do Sul, como a do golpe de Estado que, para os *verligte*, equivaleu à travessia do Rubicão. Nessa noite, alguns ministros do governo do Presidente Botha dirigiram-se à sua residência oficial e, aí, com diplomacia mas com firmeza (o próprio ministro da Defesa, general Magnus Malan, protegido de há longos anos por Pieter Botha, participou na reunião), confrontaram-no com um ultimato: teria que se demitir, ainda que dando como justificação o seu estado de saúde, pois tinha recentemente sofrido um ataque de coração. Nessa mesma noite, P.W. Botha foi à cadeia nacional de televisão informar o país da sua decisão, o que fez de forma zangada e, de acordo com o testemunho de uma nação inteira, algo trapalhona.